



ENERGÉTICA SUAPE II S.A.
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021





ENERGÉTICA SUAPE II S.A.
Demonstrações Financeiras

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021

Conteúdo

Relatório da Administração

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações dos resultados abrangentes

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Notas explicativas às demonstrações financeiras



Relatório da Administração

Prezados Acionistas,

Submetemos para vossa apreciação o Relatório da administração (“RAD”) e as demonstrações financeiras da Energética Suape II S.A. (“Companhia” ou “UTE Suape II”), com o relatório dos auditores independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022.

A Companhia apresenta a seguir os principais fatos que ocorreram em 2022.

1. Operação

Em 2022, o Operador Nacional do Sistema Elétrico (“ONS”) não realizou despacho por programação, nem em tempo real, sendo a primeira vez desde o início de sua operação comercial que a UTE Suape II não gerou energia elétrica para o Sistema Interligado Nacional (“SIN”), face a recuperação do sistema hídrico que terminou seu período úmido de 2022 (precisamente em abril), com nível de reservatórios do SIN em 73,5%, interrompendo o ciclo de crise hídrica observada pelo Comitê de Monitoramento (“CMSE”) a época.

Mesmo sem realização de despacho pelo ONS, mas em operação *stand by*, as atividades foram desempenhadas para maior disponibilidade da UTE Suape II em 2022, que atingiu o patamar médio de 98,05% ⁽¹⁾, estando 11% acima do valor mínimo aceitável exigido pelo ONS, e comparando-se com o ano anterior, que era de 3,99% acima, houve uma melhoria em quatro vezes na disponibilidade. Esse fato, além de trazer um acréscimo ao ganho operacional, tem mostrado o ganho efetivo em disponibilidade anual pelas ações de preservação da planta e atividades especializadas da Operação e Manutenção (“O&M”), garantindo ao SIN e ao Operador ONS a melhoria em disponibilidade da planta e, conseqüentemente, segurança energética ao sistema, algo sempre crescente com a excelência da UTE Suape II.

Por fim, as atividades em operação *stand by* são relevantes e prioritárias ao contrato de disponibilidade da UTE Suape II com as Distribuidoras, sempre promovendo o progresso em melhorias de processos, efetivando todo o planejamento no ano de 2022, e potencialmente entregando a disponibilidade ao sistema, conforme Gráfico 1 abaixo.

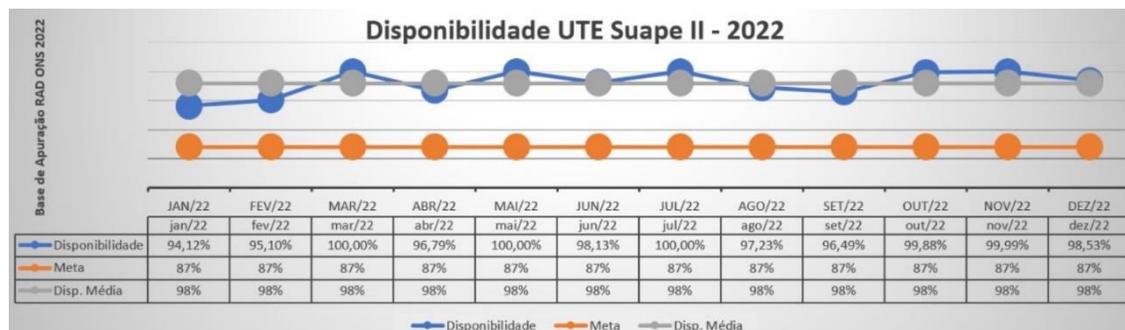


Gráfico 1: - Disponibilidade Anual da UTE Suape II.

Fonte: ONS

Relatório da Administração

Meses	Geração Bruta (MWh)	
	2022	2021
JAN	-	123.586,964
FEV	353,690	22.080,213
MAR	-	-
ABR	41,832	5,190
MAI	12,735	5.619,971
JUN	-	158.488,640
JUL	-	140.722,672
AGO	93,310	212.368,663
SET	-	205.759,810
OUT	-	209.810,490
NOV	18,155	145.212,390
DEZ	4,273	29.847,130
Total	523,995	1.253.502,133
Média mensal	43,666	104.458,511
Despacho anual	0,02%	37,61%

Fonte: UTE Suape II

2. Segurança, Saúde e Meio Ambiente

No ano de 2022, a Companhia continuou com as ações previstas para atendimento aos requisitos normativos previstos na legislação de segurança e saúde do trabalho, cumprindo todas as exigências definidas em programas voltados para a prevenção de acidentes e doenças ocupacionais. Com a perduração da pandemia causada pela COVID-19, mesmo em condição mais amena, protocolos mais flexíveis de convivência na Companhia para garantir a saúde e segurança dos nossos colaboradores ainda estão sendo mantidos, bem como para as empresas parceiras. Essas medidas permitiram a disponibilidade da UTE Suape II para o SIN, ao mesmo tempo que salvaguardava a saúde dos trabalhadores.

Neste ano, foram aproximadamente 229 mil horas trabalhadas expostas aos riscos, tendo como resultado uma taxa de frequência de acidentes melhor do que a do ano anterior, que foi de 8,72, resultante de dois acidentes, sendo um sem afastamento e um acidente com afastamento (para a Organização Internacional do Trabalho “OIT”, uma taxa de frequência menor que 20, é considerada como muito boa – Fonte “*Noções de Prevenção e Controle de Perdas em Segurança do Trabalho*” - Autor: José da Cunha Tavares). Ainda assim, mesmo com a melhoria concreta da taxa supracitada, a Companhia entende que a segurança precisa ser prioridade e que acidentes e doenças do trabalho não devem acontecer. Para isso, é importante a atuação constante no acultramento da força de trabalho no que tange as melhores práticas de segurança.

Relatório da Administração

Em 2022, a Companhia investiu bastante em capacitação, campanhas e eventos de Segurança, Meio Ambiente e Saúde (“SMS”), principalmente com interface com a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (“CIPA”). Entendemos que o desenvolvimento de pessoas é um dos principais caminhos para prevenção, além de agregar conhecimento ao nosso capital humano. Para Diretoria e Acionistas, as pessoas são os maiores patrimônios da Companhia.

No quesito prevenção e combate a incêndio, foi mantido rígido controle de todos os sistemas críticos de segurança (detecção e alarme, sistema de dilúvio, funcionamento de bombas, etc.), que foram mantidos em perfeito funcionamento, garantindo a proteção da planta, o que permitiu novamente a obtenção do Atestado de Regularidade do Corpo de Bombeiros do estado de Pernambuco sem nenhuma recomendação.

No quesito Meio Ambiente, a Companhia cumpriu com todas as exigências impostas pela Licença de Operação (“LO”), inclusive entrou no processo de renovação da respectiva licença, com previsão de atualização no mês de fevereiro de 2023. Todo resíduo gerado na Companhia foi destinando de forma rastreada e responsável, atendendo todas as exigências legais no âmbito estadual e federal. A Companhia tem buscado sempre reduzir a geração de resíduos pensando na minimização do impacto gerado em aterros sanitários, e quando ainda não é possível essa redução, busca-se atuar na melhor separação para que possibilite o reuso e reciclagem de materiais. Anualmente, a Companhia atualiza o PGRSI (“Programa de Gerenciamento de Resíduos Industriais”) focado nos melhores controles e registros de geração de resíduos, possibilitando análise para busca de melhores resultados nos anos seguintes.

3. Cenário de geração 2022

O ano de 2022 iniciou com um nível de reservatórios do SIN em 35,1% advindo da reversão da crise hídrica, com o crescente acúmulo de água nos reservatórios de todos os submercados, potencializando uma tendência crescente na capacidade de energia do SIN, leitura esta oficial do indicador Energia Armazenada (“EAR”) monitorado pelo Operador, e que finalizou o período úmido em abril com 73,5%.

Desta forma, em consonância com a geração de energia elétrica por fontes renováveis, o despacho térmico não foi necessário no ano de 2022, no caso de usinas com fonte energética fóssil como OCB1 e diesel, pelo alto custo de operação ao SIN. O Operador, através dos informativos do Programa Mensal de Operação (PMO), monitorou as condições do uso dos recursos, principalmente com o deplecionamento dos reservatórios, sendo fortemente controlado pelo Operador, para que se chegasse até o próximo início de afluições em novembro, com segurança, evitando assim o despacho térmico da UTE Suape II.

Logo, o cenário de geração em 2022 foi de baixíssima probabilidade para o despacho da UTE Suape II, sendo fortemente considerado uma operação em regime *stand by* da planta, preservação e O&M, com altíssima disponibilidade. Conforme o Gráfico 2 a seguir, observa-se o histórico do indicador Energia Natural Afluyente (“ENA”) entre 2020 e 2022, como também a Energia Armazenada (EAR) para o mesmo período no Gráfico 3. E referente ao tipo de despacho realizado pelo Operador, segue o Gráfico 4, dados compatibilizados ao que foi o histórico de geração sob programação do Operador.

.4.

Relatório da Administração

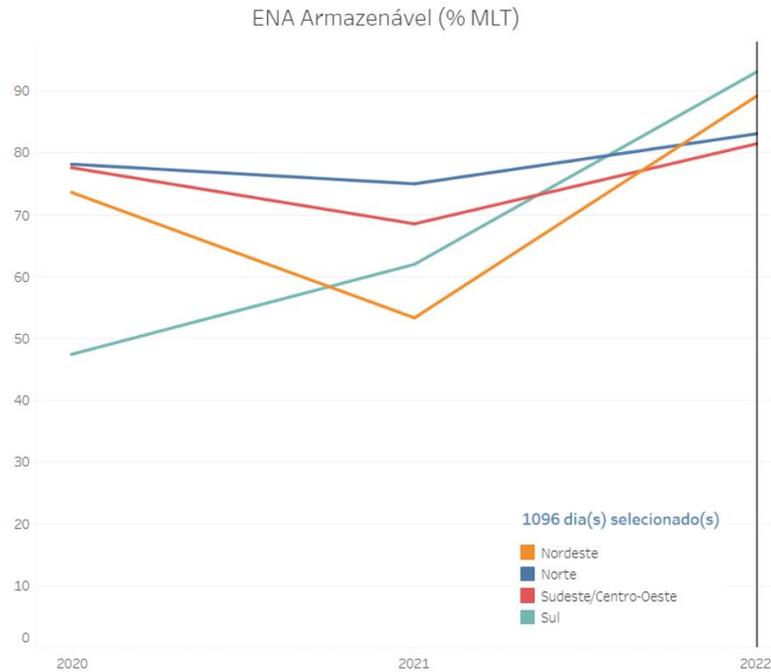


Gráfico 2: Energia Natural Afluente – ENA (%).
Fonte: ONS

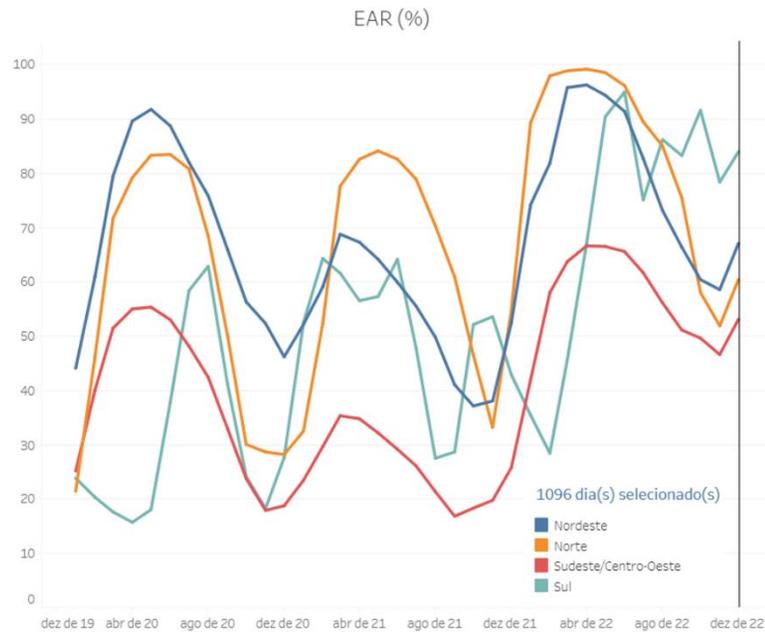


Gráfico 3: Energia Armazenada – EAR (%).
Fonte: ONS

Relatório da Administração

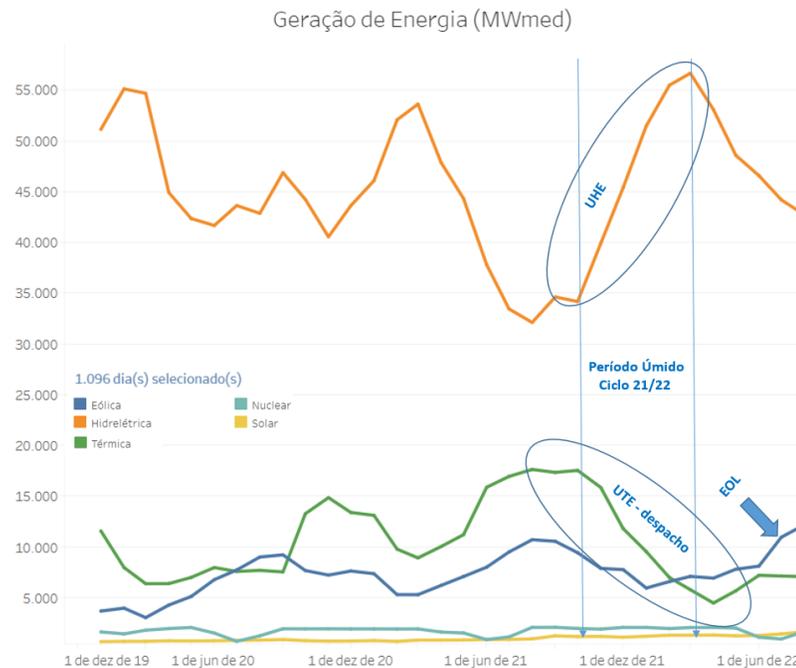


Gráfico 4: Histórico de Geração – Todas as Fontes e Tipos de Despachos.
 Fonte: ONS

4. Ambiente regulatório

4.1. Tarifa de Uso dos Sistemas Elétricos de Transmissão – Regra de Transição

Em 2021, a ANEEL realizou a abertura da Consulta Pública (“CP”) nº 67, que tratou sobre a proposta de aprimoramento do texto do art. 8º da Resolução Normativa nº 559/2013, que dispõe sobre a regra de transição da Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (“TUST”) para geradores que participaram de leilões de energia antes da entrada em vigência da referida Resolução.

O período de transição da Resolução buscava amenizar financeiramente o impacto que o agente teria ao passar de uma tarifa estabilizada para um novo cálculo tarifário. Após o período de 10 anos, iniciava-se o período de transição em que o 1º ano contém uma tarifa composta por 1/3 da TUST calculada pelo sistema nodal e 2/3 da TUST estabilizada atualizada pelo Índice de Atualização da Transmissão (“IaT”) e no 2º ano contém uma tarifa composta por 2/3 da TUST calculada pelo sistema nodal e 1/3 da TUST estabilizada atualizada pelo Índice de Atualização da Transmissão (“IaT”).

Nesse contexto, a Companhia teve a sua TUST calculada e estabilizada por 10 anos, com base na REN nº 267/2007 e teve seu 1º período de transição no ciclo de 2021/2022, resultando em um período que a transição foi mais prejudicial do que o novo cálculo da TUST, sendo contrário ao objetivo do período. Em números, o 1º período teve 1/3 da nova TUST (R\$ 7,035 p/ kW) e 2/3 da TUST estabilizada atualizada pelo Índice de Atualização da Transmissão (“IaT”) (R\$ 8,019 p/kW), resultando em uma TUST superior ao cálculo da nova TUST.

Relatório da Administração

O resultado da CP foi concluído em 2022, através da publicação da REN nº 1.021/2022, que estabeleceu a retirada do período de transição no ciclo 2022/2023 e a devolução do “prejuízo” verificado pelos agentes no período de transição do ciclo 2021/2022. Portanto, a Companhia teve um crédito de R\$ 5,84 milhões para o ciclo de 2022/2023.

4.2. Tarifa de Uso dos Sistemas Elétricos de Transmissão – Cálculo da Tarifa

Em 2021, a ANEEL instaurou a Consulta Pública (“CP”) nº 39/2021, para obter aprimoramento da regulação relacionada às Tarifas de Uso do Sistema de Transmissão (“TUST”) e às Tarifas de Uso do Sistema de Distribuição para centrais de geração conectadas em 88kV e 138kV (“TUSDg”).

Em relação ao impacto na Companhia, um dos itens de aprimoramento era a intensificação do Sinal Locacional das tarifas, de forma a assegurar maiores encargos para quem mais onera o SIN e trazer a uniformização do tratamento tarifário independente da comercialização no ambiente livre ou regulado.

Abaixo destacamos a tabela com o Crédito TUST a favor de Suape:

Ciclo	MUST (kW)	TUST (R\$/kW)	EUST Mensal	Crédito Total	Crédito mensal	EUST Mensal
2021-2022	371.441	7,691	R\$ 2.856.752,73	R\$ -	R\$ -	R\$ 2.856.752,73
2022-2023	371.441	7,850	R\$ 2.915.811,85	R\$ 5.839.333,65	R\$ 486.611,14	R\$ 2.429.200,71
Variação			2,07%			-14,97%

A componente locacional da TUST tem como funções principais assegurar maiores encargos para quem mais onera o Sistema Interligado Nacional (“SIN”) e otimizar o uso racional do Sistema.

A metodologia vigente avalia o custo de expansão de 1MW em cada barra de conexão, entretanto, a avaliação é feita dentro do submercado através do balanço carga e geração e não reflete a realidade do SIN, que atua com crescentes intercâmbios de energia e estabilizações de tarifas de empreendimentos que se sagraram vencedores de leilão.

Dessa forma, a proposta foi alinhar alternativa atual com uma nova metodologia que realize o balanço de carga-geração a nível nacional. Com isso, a transição aprovada pela REN nº 1.041/2022 consiste em adotar os seguintes passos, sendo o ‘PDR’ despacho regional e o ‘PDN’ despacho nacional:

- ciclo tarifário 2023/2024 a participação da situação PDR será igual a 90% e PDN igual a 10%;
- ciclo tarifário 2024/2025 a participação PDR será igual a 80% e PDN igual a 20%;
- ciclo tarifário 2025/2026 a participação PDR será igual a 70% e PDN igual a 30%;
- ciclo tarifário 2026/2027 a participação PDR será igual a 60% e PDN igual a 40%; e

Relatório da Administração

- do ciclo tarifário 2027/2028 em diante, a participação PDR será igual a 50% e PDN igual a 50%.

Há um Projeto de Decreto Legislativo nº 365, de 2022, que foi apresentado em novembro de 2022 e que consta em tramitação, aguardando aprovação do Presidente do Senado, que susta a Resolução Normativa Aneel nº 1.024, de 28 de junho de 2022, mantendo, portanto, o cálculo atual.

4.3. Consulta Pública nº 28/2021

A Consulta Pública nº 28/2021, que teve como período de contribuição o período de maio/2021 a maio/2022, trata sobre a implementação nas Regras de Comercialização relativa ao pagamento de deslocamento hidráulico das Termelétricas, vinculadas à caracterização do deslocamento hidrelétrico motivado por geração termelétrica inflexível, com base no Despacho nº 3.572/2019.

A regra visa estabelecer as etapas necessárias para a declaração de inflexibilidade de uma usina termelétrica ao ponto que essa geração seja contemplada nos modelos de despacho térmico. Com essa finalidade, a regra proposta é que o agente realize a declaração da inflexibilidade no Programa Mensal de Operação do ONS e confirme essa geração no dia anterior, no Programa Diário da Produção (“PDP – ONS”).

Caso a geração inflexível do agente ultrapasse o valor informado, ou seja, realizada sem a prévia declaração, o agente estará sujeito ao pagamento do deslocamento hidráulico, que será a energia gerada, nas condições citadas, valorada a diferença entre o Preço de Liquidação das Diferenças (“PLD”) e o PLD X (é o preço associado ao custo de oportunidade de geração hidrelétrica). Entretanto, não houve ainda uma finalização da consulta pública.

Desde o exercício de 2021, a Companhia passou a informar no Programa Mensal de Operação (PMO) e no PDP a necessidade de geração por Inflexibilidade Operativa a fim de evitar um possível encargo por deslocamento hidráulico.

4.4. Exportação de Energia Elétrica

A Exportação de Energia Elétrica interruptível sem devolução, destinada à Argentina e o Uruguai, possui diretrizes estabelecidas na Portaria nº 418/2019 e as regras ainda provisórias passaram pela Consulta Pública nº 20/2022 para definição.

Dentre as regras previstas para consolidação da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”), o agente vendedor (usina) estabelece contrato bilateral com o comercializador autorizado pelo Ministério de Minas e Energia (“MME”), que por sua vez realizará a oferta de montante, preço e duração da exportação.

Em observação as regras de comercialização ainda não definitivas, há de se atentar a três tópicos: compensação a conta bandeiras, compensação ao SIN e compensação complementar ao CVU.

A compensação a conta bandeiras é a devolução de parte da Receita Fixa recebida na Receita de Venda que deverá ser destinada a conta bandeiras na proporção da disponibilidade e tempo destinado à exportação.

Relatório da Administração

A compensação ao SIN ocorre quando há uma geração inferior ao contrato, que seja de responsabilidade da usina como se fosse uma penalidade ao agente, sendo correspondente a geração frustrada multiplicada por 5% do PLD estrutural.

A Compensação ao SIN para complementação ao CVU também ocorre quando há uma geração inferior ao contrato, como se fosse um ressarcimento do agente, sendo correspondente a geração frustrada multiplicada pela diferença horária entre o CVU e o PLD.

Todas essas variáveis de risco têm que ser dimensionadas para firmar o contrato bilateral com o comercializador. Além disso, há de se verificar o custo de operação dos países importadores para balizar se o R\$/MWh se enquadraria no despacho.

Desta forma, a Companhia se encontrou apta a prestar o serviço de exportação de energia, contudo, durante o ano de 2022 não obteve oportunidade viável para prestação dos serviços frente aos riscos envolvidos e preços praticados no mercado de energia do exterior.

4.5. Cronograma de Leilões

O MME publicou a Portaria nº 57/2022, na qual divulga o calendário dos próximos leilões. Em 2023, esperava-se os leilões abaixo, com mais relevância para a UTE Suape II no Leilão de Reserva de Capacidade de Potência. Entretanto até o momento nenhuma etapa do cronograma foi realizada.

RESERVA DE CAPACIDADE - ENERGIA DE RESERVA	
Publicação Diretrizes	Fevereiro/2023
Habilitação Técnica	Março/2023
Data do Leilão	Julho/2023
ENERGIA NOVA A-4 E A-6	
Publicação Diretrizes	Março/2023
Habilitação Técnica	Abril/2023
Data do Leilão	Agosto/2023
LEILÃO DE SISTEMAS ISOLADOS	
Publicação Diretrizes	Maior/2023
Habilitação Técnica	Junho/2023
Data do Leilão	Outubro/2023
RESERVA DE CAPACIDADE - POTÊNCIA	
Publicação Diretrizes	Junho/2023
Habilitação Técnica	Julho/2023
Data do Leilão	Novembro/2023

Relatório da Administração**4.6. Agenda Regulatória ANEEL 2022/2023**

A Agenda Regulatória 2023/2024 foi aprovada pela Portaria nº 6.793/2022 e os temas relevantes para a UTE Suape II são:

(i) Acesso ao Sistema de Transmissão:

- Aperfeiçoar a regulamentação associada à contratação de uso do sistema de transmissão;
- Regulamentar o acesso à transmissão no cenário de expansão de geradores renováveis.

(ii) Eficiência da Operação do SIN:

- Aprimorar regulamento sobre critérios de confiabilidade no Sistema de Transmissão.

(iii) Modernização das Tarifas de Distribuição e Transmissão:

- Regulamentar a modernização das Tarifas de Transmissão.

(iv) Inserção de Fontes Renováveis no Sistema:

- Promover adequações regulatórias para implantação e exploração de usinas offshore;
- Estabelecer os critérios operativos para redução ou limitação de geração.

(v) Novos Modelos de Negócio:

- Aprimorar a regulamentação da prestação e remuneração de serviços ancilares no SIN;
- Promover adequações regulatórias para inserção de sistemas de armazenamento no SIN.

(vi) Segurança do Mercado:

- Aprimorar a regulamentação das Garantias Financeiras do Mercado de Curto Prazo;
- Aprimorar o processo de monitoramento do mercado de energia elétrica.

(vii) Segurança Setorial:

- Aprimorar a REN nº 843/2019, que trata dos critérios e procedimentos para a programação da operação e formação do PLD.

Relatório da Administração

5. Investimentos em P&D

A Companhia realiza investimentos em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) conforme previsto na Lei nº 9.991/2000 e nas Resoluções Normativas ANEEL nº 74/2016 e 1.045/2022, sendo a última com entrada em vigor a partir de julho/2023.

Os projetos selecionados passam por análise técnica de acordo as necessidades operacionais e estratégica da Companhia, que mantém prospecção contínua e recebe propostas através do e-mail ped@suapeenergia.com.br.

Maiores detalhes sobre os projetos podem ser consultados no site da Companhia: <https://www.suapeenergia.com.br>.

A Companhia também faz uso dos valores gastos em P&D para fruição dos incentivos fiscais de redução de IRPJ e CSLL previstos na Lei nº 11.196/2005 (“Lei do Bem”).

Ao final de 2022 estavam em andamento e/ou aguardando aprovação junto a ANEEL os projetos demonstrados a seguir:

(Valores em Milhares de R\$)

Projeto	Código ANEEL	Início	Término (previsão)	Status	Realizado (¹)		Comprometido (²)	Total P&D
					Anos anteriores	2022		
Falha nos motores	PD-06599-0002/2013	janeiro/2014	janeiro/2017	Aprovado pela Aneel em julho/2017	1.753	-	-	1.753
Conjunto trafo harmônico	PD-06599-0003/2015	junho/2015	novembro/2019	Encerrado - Aguardando aprovação Aneel	4.197	-	-	4.197
Ultrassom	PD-06599-0004/2015	junho/2015	novembro/2019	Encerrado - Aguardando aprovação Aneel	3.535	-	-	3.535
Redes inteligentes	PD-06599-0005/2015	abril/2016	setembro/2020	Encerrado - Aguardando aprovação Aneel	2.299	-	-	2.299
Monitoramento on-line de óleo	PD-06599-0006/2016	agosto/2016	dezembro/2020	Encerrado - Aguardando aprovação Aneel	6.001	-	-	6.001
Captura de carbono (H2)	PD-06599-0007/2019	julho/2019	abril/2023	Encerrado - Aguardando aprovação Aneel	4.565	1.422	31	6.018
Compactador de biomassa	PD-06599-0008/2019	novembro/2019	Junho/2022	Encerrado - Aguardando aprovação Aneel	3.073	42	-	3.115
Sistema de monitoramento do trafo	PD-06599-0009/2019	novembro/2019	agosto/2022	Encerrado - Aguardando aprovação Aneel	3.145	493	-	3.638
Biodetegente	PD- 07236-0009/2020	janeiro/2021	abril/2024	Pesquisa em andamento	-	1.059	462	1.521
					28.568	3.016	493	32.077

6. Desempenho Econômico-Financeiro

6.1. Indicadores empresariais

(Valores em milhares de Reais, quando aplicável)

Indicadores econômicos	2022	2021	Varição % 2022 / 2021
Receita Operacional Bruta	331.322	1.494.341	-77,83%
Receita Operacional Líquida - ROL	296.396	1.341.413	-77,90%
EBITDA	204.524	358.631	-42,97%
Resultado Operacional	181.965	334.901	-45,67%
Resultado financeiro líquido	(4.551)	(15.524)	-70,68%
Lucro Líquido	159.360	276.014	-42,26%

Relatório da Administração

Índices de Liquidez	2022	2021	Variação % 2022 / 2021
Liquidez corrente => AC / PC	2,55	1,99	28,06%
Liquidez seca => (AC - Estoques) / PC	1,63	1,43	13,57%
Liquidez imediata => Disponível / PC	0,62	0,17	272,73%
Liquidez geral => (AC + RLP) / (PC + ELP)	1,17	1,17	0,21%
ROCE => EBIT / Capital Empregado	1,30	2,39	-45,67%
ROCE => EBIT / (Ativo Total - Passivo Circulante)	0,34	0,58	-41,62%

A evolução do EBITDA (sigla em inglês para Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização - LAJIDA) está detalhada na tabela a seguir:

EBITDA	2022	2021	Variação % 2022 / 2021
Lucro Líquido	159.360	276.014	-42,26%
Depreciação e amortização	22.559	23.730	-4,93%
Despesas financeiras	20.045	17.421	15,06%
Receitas financeiras	(15.494)	(1.897)	716,76%
Imposto de Renda e Contribuição Social	18.054	43.363	-58,37%
EBITDA	204.524	358.631	-42,97%

A grande variação dos indicadores econômicos e EBITDA é explicada pelo nível de despacho de geração em 2022 (523,995 MWh) em comparação a 2021 (1.253.502,133 MWh).

Relatório da Administração
SUAPE II - Resultado Gerencial Consolidado (DRE Gerencial)

(Valores em Milhares de R\$)	Média mensal 2022-2021	2022	2021
(+) Receita Operacional		332.509	1.495.964
Receita Fixa		328.193	298.599
Receita Geração		3.129	1.195.742
Outras Receitas (líquidas)		1.186	1.623
(-) Custo Operacional		(155.094)	(1.176.586)
Custo Fixo		(153.463)	(140.705)
Custo de Geração		(1.551)	(1.029.724)
Outros Custos		(80)	(6.158)
(=) Resultado Operacional		177.415	319.377
Resultado Fixo		174.730	157.894
Resultado da Geração		1.578	166.018
Outros Resultados		1.106	(4.535)
(-) Impostos		(18.054)	(43.363)
Imposto de Renda (IR)		(36.683)	(76.036)
Contribuição Social (CS)		(13.059)	(27.217)
Impostos Diferidos (IR/CS)		962	962
Incentivo Fiscal SUDENE		30.726	58.928
(=) Lucro Líquido do Exercício		159.360	276.014
Lucro líquido - Fixo		157.441	136.456
Lucro líquido - Geração		716	143.477
Lucro líquido - Outros		1.203	(3.920)
EBITDA Total		204.524	358.631

OBS: Não auditado

Relatório da Administração

7. Endividamento

A Companhia manteve o financiamento captado junto ao Banco Santander em agosto de 2021.

Em fevereiro de 2022, iniciou-se a quitação do financiamento, mantendo-se a previsão do fluxo de pagamento das parcelas semestrais até o final de 2026.

Vale salientar que o financiamento atual foi contratado em substituição ao anterior, com taxas de juros mais atrativas, dentro da estratégia da Companhia de busca contínua de melhores condições financeiras.

8. Incentivo fiscal de Redução do IRPJ

No final de 2022, a Companhia ingressou junto a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (“SUDENE”) de um novo pleito na modalidade de modernização. Em março de 2023, foi concedido o benefício pelos próximos 10 anos (a contar de 2023). Em abril de 2023, o benefício foi homologado pela Receita Federal do Brasil (“RFB”).

A obtenção do benefício está em linha com os esforços da Administração na busca constante de melhores resultados, bem como, o compromisso com desenvolvimento da região de atuação da Companhia.

9. Composição acionária

A Companhia tem por acionistas a Savana SPE Incorporações Ltda. e a Petróleo Brasileiro S.A. que detém, respectivamente, 80% e 20% de suas ações.

10. Auditores independentes

Para o exercício de 2022, a Companhia celebrou contrato com a BKR – Lopes, Machado Auditores e Consultores, conforme autorizado pelo Conselho de Administração. A política desta contratação adotada pela Companhia se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor independente.

O relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras de 2022 foi emitido sem ressalvas, referendando desta forma que as demonstrações financeiras apresentam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

11. Perspectivas 2023

11.1. Temas relevantes para a UTE Suape II no Planejamento Energético Anual (relatório outubro 2022 do ONS):

A capacidade instalada no SIN ao final de 2021 totalizava 174 GW, sendo que 25,3 GW (14,6%) são de usinas termelétricas convencionais e nucleares. Estima-se que, ao final de 2026, a capacidade instalada no SIN totalizará 196 GW, com um incremento de aproximadamente 6 GW nas usinas termelétricas convencionais e nucleares, passando a 31 GW.

Relatório da Administração

Em relação ao armazenamento do SIN, o grau de regularização continua em redução, mantendo a necessidade de monitoramento das condições meteorológicas com a finalidade de indicar eventual medida operativa de segurança energética. Nesses períodos, a complementação da geração hidroelétrica com outras fontes como térmicas convencionais, eólica, solar e biomassa é necessária e o parque gerador térmico e as fontes renováveis passam a ter, cada vez mais, o papel de “reservatório virtual” do SIN, conforme ONS.

A Figura 1 apresenta a distribuição dos custos variáveis das usinas térmicas (“CVU”s) por fonte, com base no PMO de maio de 2022. A partir da Figura é possível verificar que as usinas a óleo combustível e diesel são as que apresentam maiores CVUs.

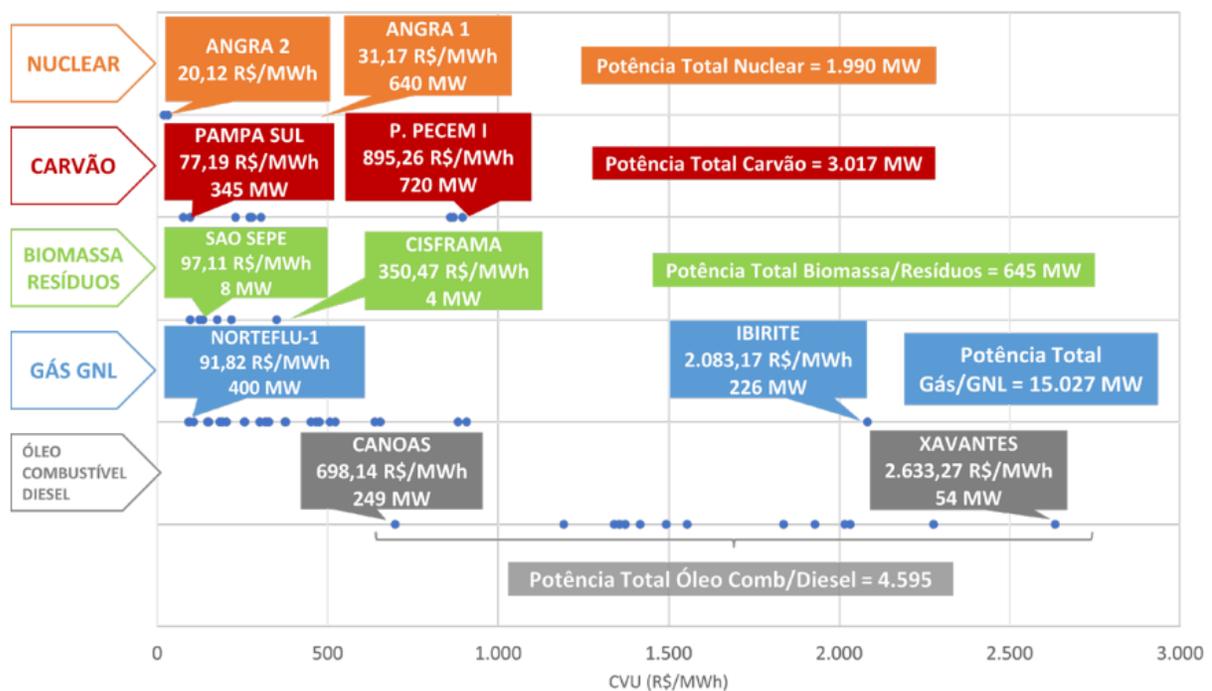


Figura 1 – Custo Variável Unitário das usinas térmicas com base no PMO de maio de 2022.

Fonte: NT – ONS DPL 0102/2022 – Plano da Operação Energética 2022/2026

11.2. Custo Marginal de Operação 2024 a 2026

A evolução do CMO mensal no Nordeste para o período de 2024 a 2026 resulta em valores inferiores a R\$ 200,00, custos abaixo do CVU médio da UTE Suape II, portanto, não havendo projeção de despacho por ordem de mérito, conforme pode ser observado na Figura 2.

Relatório da Administração

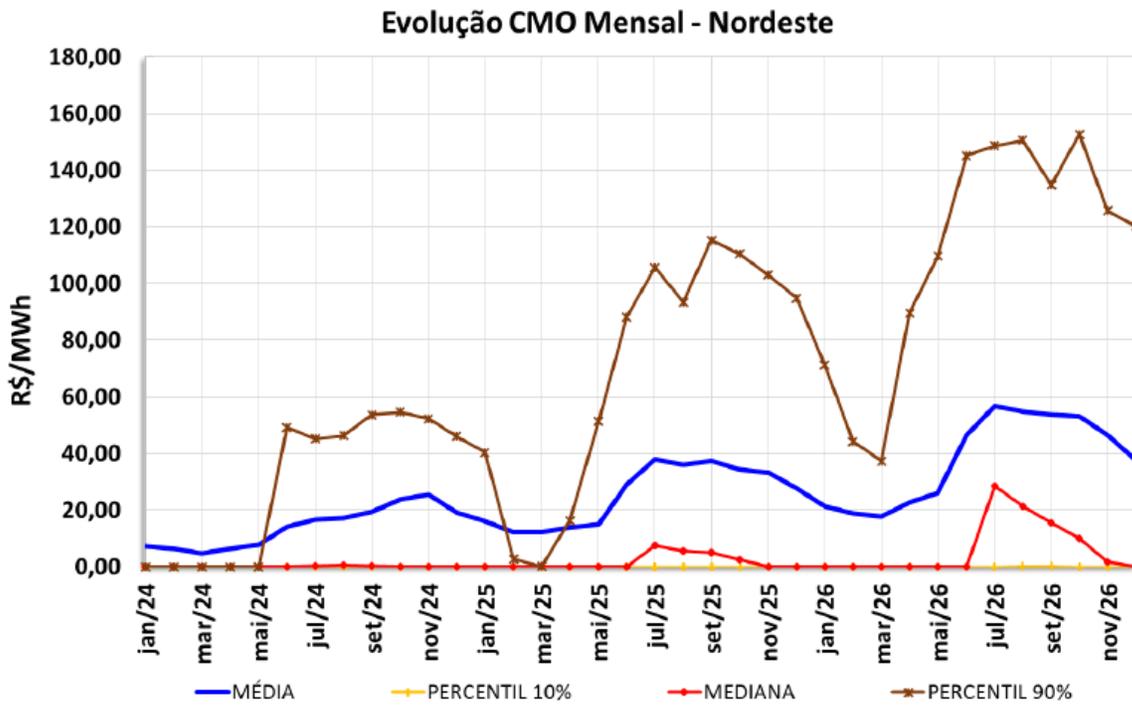


Figura 2: – Custo Marginal da Operação no Nordeste.

Fonte: NT – ONS DPL 0102/2022 – Plano da Operação Energética 2022/2026

11.3. Reserva Operativa de Potência

Conforme avaliação conjuntural de 2023 realizada pelo ONS, há uma possibilidade de necessidade de uso da reserva de potência operativa em outubro e novembro de 2023, com probabilidade de 1,5 a 3,5%, respectivamente. Essa condição só é verificada em cenários no qual a invasão da reserva se dá em cenários com baixa geração eólica e defluência mínima da UHE Porto Primavera e/ou de baixos armazenamentos no reservatório equivalente de energia no Paraná.

11.4. Balanço de Energia

O balanço de energia do ONS compara a oferta do sistema versus a demanda projetada, realizando a verificação da expectativa da geração de usinas não simuladas, carga projetada no horizonte e certificados de garantia física de UHE e UTE. O balanço final projetado é positivo para todos os submercados com exceção do submercado Sul.

.16.

Relatório da Administração

Por fim, uma vez que mantidas as boas práticas e responsabilidade no cumprimento dos procedimentos operacionais, foco na manutenção e execução do planejamento de operação anual, realizando a melhoria contínua de processos e seus indicadores, a UTE Suape II finda o ano de 2022 e inicia o ano de 2023 apta e 100% disponível a cumprir com os seus compromissos contratuais, contribuindo para a segurança e o suprimento das necessidades energéticas do Sistema Interligado Nacional e obedecendo todas as regras e normas vigentes dos órgãos Operador (ONS) e Fiscalizador (ANEEL) do setor.

Cabo de Santo Agostinho, 18 de maio de 2023.

A Administração



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ilmos. Srs.
Diretores e Acionistas da
Energética Suape II S.A.
Cabo de Santo Agostinho – PE

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **Energética Suape II S.A. (“Companhia”)**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Energética Suape II S.A.** em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – Reapresentação das demonstrações financeiras

Chamamos atenção à nota explicativa nº 7 às demonstrações financeiras, que foram alteradas e estão sendo reapresentadas para refletir a modificação de prática contábil descrita na referida nota explicativa em relação aos saldos iniciais. Adicionalmente, em 5 de abril de 2023, outros auditores emitiram relatório de auditoria sobre as demonstrações financeiras da **Energética Suape II S.A.** relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, que ora estão sendo reapresentadas, com modificação relacionada ao reconhecimento, pelo valor líquido, das transações de contratos de compra e venda de energia elétrica para a operação de lastro nos ambientes livre e regulado de comercialização brasileira. Posteriormente a emissão do referido relatório de auditoria, que foi emitido por outros auditores independentes sobre as demonstrações financeiras da **Energética Suape II S.A.** relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Administração nos contratou como auditores independentes para a reapresentação destas mesmas demonstrações financeiras e nos apresentou argumentos, dados e informações, além de um parecer técnico, que subsidiaram nossos serviços. Conseqüentemente, após o exame de todas as evidências, nosso relatório não contém qualquer modificação.



Outros assuntos – Demonstrações financeiras do exercício anterior examinadas por outro auditor

O exame das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, preparadas originalmente antes dos ajustes decorrentes da mudança de prática contábil descritos na Nota Explicativa nº 7, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores, que emitiram relatório de auditoria sem modificação, com data de 7 de março de 2022. Como parte de nossos exames das demonstrações financeiras de 2022, examinamos também os ajustes descritos na Nota Explicativa nº 7, que foram efetuados para alterar os valores correspondentes relativos às demonstrações financeiras de 2021. Em nossa opinião, baseada em argumentos, dados e informações, além de um parecer técnico, que nos foram fornecidos pela Administração, julgamos que tais ajustes são apropriados e foram corretamente efetuados. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício de 2021 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguarção sobre as demonstrações financeiras de 2021 tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Filiais e empresas Ligadas



Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.





Lopes, Machado
Auditors, Tax, Consultants & Business Advisers

Independent Member of

B K R
International

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro (RJ), 18 de maio de 2023.



Lopes, Machado
Auditors, Tax, Consultants & Business Advisers

Independent Member of

B K R
International

CRC-RJ-2026-O

Marcelo Galvão Guerra
Contador - CRC-RJ-087079/O-3

Juan Carvalho Dias
Contador - CRC-PE-028943/O-0

Rio de Janeiro - RJ - Av. Graça Aranha, 416/11º andar – CEP 20030-001 | Tel.: 55 21 2156-5800 | Fax: 55 21 2261-6806 | rj@bkr-lopemachado.com.br

Filiais e empresas Ligadas

São Paulo - SP | Tel.: 55 11 5041-4610 – Fax: 55 11 5041-4536 | sp@bkr-lopemachado.com.br

Belo Horizonte - MG | Tel.: 55 31 2122-3216 | bh@bkr-lopemachado.com.br

Recife - PE | Tel.: 55 81 3325-6041 / 6040 / 6171 | Fax: 55 81 3325-6041 | recife@bkr-lopemachado.com.br

Brasília - DF | Tel.: 55 61 3548-2152 – Cel: 55 21 99130-7919 | novosnegocios@bkr-lopemachado.com.br

BKR INTERNATIONAL

www.bkr.com

Américas - New York - NY - EUA - Tel: (1) (212) 964-2115 - Fax: (1) (212) 964-2133 - Contato: bkr@bkr.com



ENERGÉTICA SUAPE II S.A.
Balancos Patrimoniais

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021

(em Milhares de Reais)

	Nota	2022	2021		Nota	2022	2021
Ativo				Passivo			
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	9	44.979	20.914	Fornecedores	19	6.800	10.100
Contas a receber de clientes	11	44.738	143.321	Empréstimos, financiamentos e encargos	21	28.635	75.664
Estoques	12	66.927	70.356	Tributos e contribuições sociais	22	3.293	3.205
Tributos e contribuições a recuperar	13	1.405	550	Passivo fiscal corrente	22.1	7.756	19.179
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	14	7.176	11.099	P&D e taxas regulatórias	23	7.499	10.662
Despesas pagas antecipadamente	16	3.333	2.649	Provisão para honorários advocatícios	20	12.347	-
Outros créditos	15	15.416	80	Outras contas a pagar	25	5.684	5.996
Total do ativo circulante		183.974	248.969	Total do passivo circulante		72.014	124.806
Não circulante				Não circulante			
Realizável a longo prazo				Empréstimos, financiamentos e encargos	21	81.876	105.269
Aplicações financeiras vinculadas	10	4.837	4.328	Provisão para honorários advocatícios	20	-	12.347
Créditos tributários	22.3	4.198	3.236	P&D e taxas regulatórias	23	1.467	5.406
Outros investimentos	15	-	9.879	Outras contas a pagar	25	-	234
		9.035	17.443	Total do passivo não circulante		83.343	123.256
Imobilizado				Patrimônio Líquido	27		
Intangível	18	419.111	438.507	Capital social		139.977	139.977
Total do ativo não circulante		428.252	456.315	Reserva legal		27.995	27.995
				Reserva de incentivos fiscais		268.559	237.833
				Dividendos adicionais propostos		20.338	51.417
				Total do patrimônio líquido		456.869	457.222
Total do Ativo		612.226	705.284	Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		612.226	705.284

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ENERGÉTICA SUAPE II S.A.
Demonstrações dos Resultados
Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021
(em Milhares de Reais)

	Nota	2022	2021 (Reapresentado)
Receita operacional líquida	29	296.396	1.341.413
Custo operacional	30	(112.075)	(992.302)
Lucro operacional bruto		<u>184.321</u>	<u>349.111</u>
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas gerais e administrativas	30	(13.119)	(11.565)
Outras despesas operacionais	30	(89)	(3.785)
Outras receitas operacionais	30	<u>10.852</u>	<u>1.140</u>
		(2.356)	(14.210)
Lucro operacional antes do resultado financeiro e impostos sobre o lucro		<u>181.965</u>	<u>334.901</u>
Resultado financeiro			
Despesas financeiras	31	(20.045)	(17.421)
Receitas financeiras	31	<u>15.494</u>	<u>1.897</u>
	31	(4.551)	(15.524)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>177.414</u>	<u>319.377</u>
Imposto de renda	22	(36.683)	(76.036)
Contribuição social	22	(13.059)	(27.217)
Imposto de renda diferido	22	707	707
Contribuição social diferida	22	255	255
Incentivo fiscal SUDENE	22	<u>30.726</u>	<u>58.928</u>
Lucro líquido do exercício		<u>159.360</u>	<u>276.014</u>
Número de ações ao final do exercício (em milhares)	27	<u>139.977</u>	<u>139.977</u>
Lucro por ação básico e diluído aos acionistas - R\$		<u>1,14</u>	<u>1,97</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ENERGÉTICA SUAPE II S.A.

Demonstrações dos Resultados Abrangentes

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021

(em Milhares de Reais)

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Lucro líquido do exercício	159.360	276.014
Outros resultados abrangentes	-	-
	<u> </u>	<u> </u>
Resultado abrangente do exercício	<u>159.360</u>	<u>276.014</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ENERGÉTICA SUAPE II S.A.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021

(em Milhares de Reais)

	Nota	Capital social	Reserva legal	Reserva de incentivo fiscal	Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Total
Saldos em 1ª de janeiro de 2021		139.977	27.995	178.905	82.673	-	429.550
Distribuição de lucros	24	-	-	-	(82.673)	-	(82.673)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	276.014	276.014
Destinação do lucro							
Juros sobre Capital Próprio - JSCP	24	-	-	-	-	(15.194)	(15.194)
Efeito do IRRF para fins de dividendos conforme ICPC 08	24	-	-	-	-	(2.681)	(2.681)
Dividendo mínimos obrigatórios	24	-	-	-	-	(39.078)	(39.078)
Dividendos intermediários	24	-	-	-	-	(108.716)	(108.716)
Constituição da reserva de incentivos fiscais	27	-	-	58.928	-	(58.928)	-
Dividendos adicionais propostos	24	-	-	-	51.417	(51.417)	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2021		139.977	27.995	237.833	51.417	-	457.222
Distribuição de lucros	24	-	-	-	(51.417)	-	(51.417)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	159.360	159.360
Destinação do lucro							
Juros sobre Capital Próprio - JSCP	24	-	-	-	-	(24.052)	(24.052)
Efeito do IRRF para fins de dividendos conforme ICPC 08	24	-	-	-	-	(4.244)	(4.244)
Dividendo mínimos obrigatórios	24	-	-	-	-	(8.107)	(8.107)
Dividendos intermediários	24	-	-	-	-	(71.893)	(71.893)
Constituição da reserva de incentivos fiscais	27	-	-	30.726	-	(30.726)	-
Dividendos adicionais propostos	24	-	-	-	20.338	(20.338)	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2022		139.977	27.995	268.559	20.338	-	456.869

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ENERGÉTICA SUAPE II S.A.
Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Método Indireto
Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021

(em Milhares de Reais)

	Nota	2022	2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		159.360	276.014
Ajustes para reconciliar o lucro líquido com o caixa gerado pelas atividades operacionais			
Depreciação e amortização	30	22.793	24.081
Reversão amortização (projeto de P&D)	30.b	(234)	(351)
Baixa no ativo imobilizado e intangível	17 e 18	1.095	7.579
Imposto de renda e contribuição social - correntes e incentivo fiscal SUDENE	22.2	19.016	44.325
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	22.2	(962)	(962)
Atualização dos dividendos e juros sobre capital próprio	24.3	1.132	619
Encargos de empréstimos e financiamentos	21.1	16.356	7.773
		<u>218.556</u>	<u>359.078</u>
Aumento (redução) nos ativos e passivos operacionais			
Contas a receber de clientes		98.583	(38.388)
Estoques		3.429	(27.636)
Tributos e contribuições a recuperar		(855)	7
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		3.923	(4.116)
Despesas pagas antecipadamente		(684)	(261)
Outros créditos		(15.336)	-
Fornecedores		(3.300)	262
Tributos e contribuições sociais		88	(2.582)
P&D e taxas regulatórias		(3.163)	2.459
Outras contas a pagar		(312)	(234)
Impostos pagos sobre o lucro		(29.778)	(38.391)
Juros e IOF pagos	21	(15.019)	(4.099)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de operacionais		<u>256.132</u>	<u>246.099</u>
Atividades de investimento			
Resgate das aplicações financeiras restritas		1.046	(179)
Aquisição de imobilizado	17 e 18	(1.109)	(758)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de investimento		<u>(63)</u>	<u>(937)</u>
Atividades de financiamentos			
Pagamento de empréstimos e financiamentos	21	(22.794)	(16.338)
Pagamento de dividendos	24.3	(132.549)	(245.130)
Juros sobre o capital próprio pagos	24.3	(24.052)	(29.550)
Pagamento do IRRF e da atualização monetária dos dividendos e juros sobre capital próprio		(4.244)	(3.300)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamentos		<u>(183.639)</u>	<u>(294.318)</u>
Aumento (Redução) no caixa e equivalentes de caixa		<u><u>72.430</u></u>	<u><u>(49.156)</u></u>
Variação no saldo de caixa e equivalentes de caixa			
Saldos iniciais de caixa e equivalentes de caixa		(27.451)	21.705
Saldos finais de caixa e equivalentes de caixa		<u>44.979</u>	<u>(27.451)</u>
Aumento (Redução) no caixa e equivalentes de caixa		<u><u>72.430</u></u>	<u><u>(49.156)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras**Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021****(Em Milhares de Reais)****1 Contexto operacional**

A Energética Suape II S.A. (“Suape”, “Companhia” ou “UTE Suape II”) é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída com a finalidade de desenvolver, implementar, operar e explorar uma usina termelétrica movida a óleo combustível e está localizada próximo ao Complexo Portuário de Suape, Cabo de Santo Agostinho, no Estado de Pernambuco. É considerada atualmente a maior termelétrica a óleo combustível (“OCB1”) da América Latina. Está conectada ao Sistema Interligado Nacional (SIN) em 230kV, onde se interliga a 5,6 km com a Subestação SE Suape II da Companhia Hidroelétrica São Francisco (“CHESF”), tendo em vista fornecer a sua máxima energia disponível de maneira a compor sua significativa parcela no suprimento energético do Setor Elétrico Brasileiro, realizando um papel importantíssimo para o país, em especial a Região Nordeste, onde está localizada.

A UTE Suape II sagrou-se vencedora do leilão de energia nova A-5 de 2007, tendo início da sua operação comercial em 24 de janeiro de 2013 e finalização do seu Contrato de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado (“CCEAR”) previsto para 31 de dezembro de 2026, com outorga de autorização até 2043, através da Portaria Autorizativa MME 217/2008. Por meio da Resolução ANEEL nº 2.656/2010, ampliou sua potência instalada para 381,255MW (17 unidades geradoras x 22,425 MW) e em 03/2016 teve sua garantia física revisada de 265,4 MW para 269,1 MW, conforme Portaria MME 046/2016.

Em 2022, o Operador Nacional do Sistema Elétrico (“ONS”) não realizou despacho por programação, nem em tempo real, sendo a primeira vez desde o início de sua Operação Comercial que a UTE Suape II não gerou energia elétrica para o Sistema Interligado Nacional (“SIN”) – em 2021 o despacho foi de 37,61% por Garantia Energética, gerando 1.253.502,13 MWh –, face a recuperação do sistema hídrico que terminou seu período úmido de 2022 (precisamente em abril), com nível de reservatórios do SIN em 73,5%, interrompendo o ciclo de crise hídrica observada pelo Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (“CMSE”) a época.

Mesmo sem realização de despacho pelo ONS, mas em operação *stand by*, as atividades de O&M foram desempenhadas para maior disponibilidade da UTE Suape II em 2022, que atingiu o patamar médio de 98,05%, estando 11% acima do valor mínimo aceitável exigido pelo ONS, e comparando-se com o ano anterior que era de 3,99% acima, houve uma melhoria em quatro vezes na disponibilidade. Esse fato, além de trazer um acréscimo ao ganho operacional, tem mostrado o ganho efetivo em disponibilidade anual pelas ações de preservação de planta e atividades especializadas do O&M, garantindo ao SIN e ao ONS a melhoria em disponibilidade de planta e conseqüentemente, segurança energética ao sistema, algo sempre crescente com a excelência da UTE Suape II.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Apesar da matriz energética brasileira ser predominantemente hidroelétrica, os baixos níveis hídricos em determinados períodos do ano trazem consigo uma necessidade intrínseca de controle no fornecimento da geração, o qual cria a necessidade por fontes que possuem capacidade de controlar essa intermitência, como térmicas. A UTE Suape II prevê para o ano de 2023 um despacho de 5% para o segundo semestre, se observado que os deplecionamentos dos reservatórios foram acima da média esperada pelo ONS, como também que o início do próximo período úmido não seja tão favorável ao SIN, com indicativo de baixa afluência e energia armazenada, onde o suprimento por UTEs passa a ser considerado relevante para a mitigação do risco hidrológico. Haja vista que, outras fontes renováveis vêm crescendo e aumentando a capacidade de geração de energia, mas que se houver um indicativo de crescimento do PIB também acima do esperado (indicador basilar ao planejamento para atendimento da carga), passa a ser ainda mais relevante a entrada em operação, obedecendo os critérios da modicidade de preço e restrições das usinas, à princípio. Tal indicativo, é monitorado pelo informativo da Programação Mensal da Operação (“PMO”), como também pelas atas de reuniões emitidas pelo “CMSE”, ambos cooperando para a melhor visualização futura a programação de despachos térmicos.

Impactos decorrente do COVID-19

A Portaria GM/MS nº 913/2022 revogou a Portaria GM/MS nº 188/2020, declarando o encerramento da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional. Ainda assim, a Companhia segue empenhando esforços e mantendo protocolos sanitários necessários para as características de sua atividade e do trabalho desenvolvido pelos empregados e prestadores de serviços, para evitar o contágio no local de trabalho e garantir a prestação de serviços de maneira continuada, com a segurança necessária.

2 Base de preparação

Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A Companhia também se utiliza por boa prática e de forma espontânea e não obrigatória, das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (“MCSE”) e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 18 de maio de 2023.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia, incluindo as mudanças, estão apresentadas na Nota Explicativa nº 8.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

3 Moeda funcional e base de mensuração

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Julgamentos

A Companhia entende que não há impactos relevantes decorrentes de julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

b. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2022 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota Explicativa nº 22.3 - Reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados; e principais premissas em relação aos valores recuperáveis;

Nota Explicativa nº 26 - Contingências - Reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;

Nota Explicativa nº 32 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco - principais premissas utilizadas na mensuração do valor justo.

Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e

Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como “ativo” se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua. Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

Informações adicionais sobre premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na Nota Explicativa nº 32 (Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos).

5 Mudanças nas principais políticas contábeis

Não houve alterações nas principais políticas contábeis em 2022, exceto pelo mencionado na Nota Explicativa nº 7.

6 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras**7 Reapresentação de classificação entre linhas da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) de 2021**

A liquidação financeira do montante gasto com a aquisição do lastro que ocorre aproximadamente no 5º dia útil do mês subsequente da operação foi reclassificada para o Custo de Compra de energia elétrica (lastro), que passa a apresentar o valor líquido da operação. Por se tratar de uma operação oriunda de uma penalidade regulatória (não atendimento da Garantia Física prevista – Decreto nº 5164/2004, art. 2º, I e art. 3º, §1º e cláusula 5.7 dos CCEARs, a liquidação financeira não pode ser considerada com Receita Operacional” de venda (Lei 6404/76, art. 187) nem da atividade ou do objeto principal (RIR 2018, art. 208).

Tal operação não se assemelha a comercialização energia elétrica em ambiente livre descritas na Nota Explicativa nº 8.2 (Receita energia elétrica no ambiente regulado).

O procedimento seguiu a orientação do CPC 00 (R2), em seu item 2.12, destacado abaixo (grifo nosso):

*“Relatórios financeiros representam fenômenos econômicos em palavras e números. Para serem úteis, informações financeiras não devem apenas representar fenômenos relevantes, **mas também representar de forma fidedigna a essência dos fenômenos que pretendem representar. Em muitas circunstâncias, a essência de fenômeno econômico e sua forma legal são as mesmas. Se não forem as mesmas, fornecer informações apenas sobre a forma legal não representaria fidedignamente o fenômeno econômico.**”*

É de responsabilidade da Administração a escolha das políticas contábeis a serem adotadas (CPC 23), pois delas devem emanar nas Demonstrações Financeiras uma representação fidedigna da sua realidade econômica.

Desta feita, a reapresentação da realidade econômica da operação é demonstrada à luz de sua essência econômica. Desta forma, com base em um parecer técnico emitido por especialista, concluiu-se que a “Compra de Lastro” é custo operacional, dado que a sua origem é uma indisponibilidade operacional, e que o “Retorno de Lastro” é recuperação de custos, dado que o preço da compra é o “Preço de Liquidação das Diferenças” que se processa por “Liquidação Financeira”, e não por venda de energia, não caracterizando assim a UTE Suape II como vendedora nos registros da CCEE.

Não há nenhum impacto sobre o lucro líquido por ação e nenhum impacto nas atividades operacionais, de investimentos e financiamento nos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

As tabelas a seguir, resumem os impactos nas demonstrações financeiras:

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
I - Demonstração de Resultados (DRE)

31 de dezembro de 2021	Impactos da retificação de reclassificação		
<i>(Em milhares de Reais)</i>	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Receita operacional líquida	<u>1.458.643</u>	(117.230)	<u>1.341.413</u>
Custo de compra de energia elétrica	<u>(115.998)</u>	115.998	<u>-</u>
Lucro bruto	<u>349.111</u>	-	<u>349.111</u>

II - Nota 29 - Receita Operacional Líquida

31 de dezembro de 2021	Impactos da retificação de reclassificação		
<i>(Em milhares de Reais)</i>	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Receita de operações com energia elétrica			
Receita fixa - disponibilidade	298.599	-	298.599
Receita de geração - demanda	1.195.742	-	1.195.742
Energia elétrica de curto prazo	<u>129.178</u>	(129.178)	<u>-</u>
Suprimento de energia elétrica	<u>1.623.519</u>	(129.178)	<u>1.494.341</u>
Deduções da receita operacional			
(-) PIS / COFINS	<u>(150.190)</u>	11.948	<u>(138.242)</u>
Total das deduções da receita operacional	<u>(164.876)</u>	11.948	<u>(152.928)</u>
Receita operacional líquida	<u>1.458.643</u>	11.948	<u>1.341.413</u>

III - Nota 30 - Custos e despesas (outras receitas) operacionais

31 de dezembro de 2021	Impactos da retificação de reclassificação		
<i>(Em milhares de Reais)</i>	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Custo de compra de energia elétrica (lastro)			
Energia elétrica comprada para fornecimento	<u>(115.998)</u>	117.230	<u>1.232</u>

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

8 Principais políticas contábeis

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

8.1 Moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

8.2 Receita de operações com energia elétrica

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) o cumprimento das obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

A receita operacional é composta pela receita de fornecimento de energia elétrica. Segue abaixo as receitas operacionais que a Companhia reconhece, em conformidade com o CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente.

Receita de energia elétrica no ambiente regulado

As receitas decorrem de contratos de fornecimento de energia elétrica, sendo parcela mensal fixada em contrato e variável, cujo valor é definido mensalmente no momento do reconhecimento, de acordo com a demanda requerida pelo Operador Nacional do Sistema - ONS. A receita variável pela venda de energia elétrica é reconhecida mensalmente por medição equivalente ao volume de energia transferido para o cliente.

Receita energia elétrica no ambiente de comercialização livre

Na operação de contratação em ambiente livre, a Companhia tem o direito de reconhecer a receita de venda de energia pelo valor do MWh (determinado pela oferta e procura do mercado no momento da operação). A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de energia elétrica tanto no mercado regulado como também no mercado livre.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

A companhia não realizou operações de **venda** de energia elétrica no ambiente livre no 2022. No exercício de 2022 as operações no ambiente livre foram decorrentes da “operação de lastro” oriunda de uma penalidade regulatória (não atendimento da Garantia Física prevista – Decreto nº 5164/2004, art. 2º, I, §º e art. 3º. §1º e clausula 5.7 dos CCEARs). O efeito líquido da operação está demonstrado na Nota Explicativa nº 30.

8.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor. São classificadas a custo amortizado e estão registrados pelo valor original acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento das demonstrações financeiras, apurados pelo critério pro rata, que equivalem aos seus valores de mercado.

8.4 Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem:

Receita de aplicações financeiras;

Receita de juros;

Despesas de juros;

Tributos sobre ganhos financeiros; e

Ganhos/perdas líquidas de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros.

As receitas e despesas de juros são reconhecidas no resultado pelos juros efetivos. A Companhia classifica a despesa de juros como fluxos de caixa das atividades operacionais.

8.5 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 para o imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social sobre o lucro líquido.

As despesas com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

A Companhia determinou que os juros e multas relacionados ao imposto de renda e à contribuição social, incluindo tratamentos fiscais incertos, não atendem a definição de imposto de renda e, portanto, foram contabilizados de acordo com o CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

A Administração da Companhia conduziu análises referente ao ICPC 22 – Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro referente aos tratamentos fiscais que poderiam gerar incertezas na apuração dos tributos sobre o lucro, acessando seus consultores legais e não identificou tratamentos que potencialmente poderiam expor a Companhia a riscos materialmente prováveis de perda. A Administração da Companhia avaliou que nenhuma das posições relevantes adotadas pela Companhia sofreu alteração quanto ao julgamento da probabilidade de perdas geradas por eventuais questionamentos por parte das autoridades tributárias.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(ii) Despesas de Imposto de renda e contribuição social diferidas

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos em relação a diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação.

Os ativos tributários diferidos são reconhecidos por prejuízos fiscais não utilizados, créditos tributários não utilizados e diferenças temporárias dedutíveis na medida em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis contra os quais possam ser utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base em planos de negócios da Companhia e a reversão de diferenças temporárias. Os ativos fiscais diferidos são revisados em cada data do balanço e são reduzidos na medida em que não é mais provável que o benefício fiscal relacionado seja realizado; tais reduções são revertidas quando a probabilidade de lucros tributáveis futuros melhorar.

Os ativos de impostos diferidos não reconhecidos são reavaliados em cada data de balanço e reconhecidos na medida em que se tornou provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis contra os quais possam ser utilizados.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

8.6 Subvenções governamentais (Lucro da exploração)

As subvenções governamentais decorrentes de incentivos fiscais são registradas no resultado do período, como redução do imposto apurado, em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 07 (R1) - Subvenção e Assistência Governamentais. A parcela do lucro decorrente desses incentivos fiscais é objeto de destinação à Reserva de Lucro denominada Reserva de Incentivos Fiscais, em conformidade com o artigo 195-A da Lei nº 6.404/1976, a qual somente é utilizada para aumento do capital social ou eventual absorção de prejuízos.

Em 2013, a Companhia passou a apurar o Lucro da Exploração, que é um benefício fiscal regional que tem por objetivo incentivar as operações de Companhias localizadas na região da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (“SUDENE”), por meio da redução de 75% do IRPJ, inclusive adicionais não-restituíveis, pelo prazo de 10 anos.

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 34 (a), em março de 2023, foi aprovada a concessão de um novo pleito na modalidade de modernização, para os próximos 10 anos, a contar de 2023, conforme Laudo Constitutivo nº 0024/2023. Em abril de 2023, o benefício foi homologado pela Receita Federal do Brasil (“RFB”), através do Ato Declaratório Executivo DRE/NAT nº 97/2023.

8.7 Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

Plano de saúde médico, incentivo educacional e esportivo e participação nos resultados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas ou custos conforme o serviço relacionado seja cobrado. A Companhia não possui acordos de pagamentos baseados em ações, planos de contribuição definida, planos de benefício definidos ou qualquer outro benefício de longo prazo a empregados.

8.8 Estoques

O custo dos estoques é baseado no custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes, os quais são ajustados por provisão, quando aplicável.

O estoque de combustíveis, peças de reposição e consumíveis está detalhado na Nota Explicativa nº 12. As peças de reposição passam por análise anual de giro, sendo reclassificadas para o ativo imobilizado (Nota Explicativa nº 17), quando cabível.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras**8.9 Imobilizado*****(i) Reconhecimento e mensuração***

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos de depreciação acumulada e perdas na redução do valor recuperável (*impairment*), se aplicável. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, utilizando o método linear baseado nas taxas anuais estabelecidas pela ANEEL, as quais são revisadas periodicamente e aceitas pelo mercado como uma estimativa adequada para efeitos contábeis e que representa a melhor estimativa de vida útil dos bens. A Administração considera a intenção em participar de novos leilões para renovar o contrato de autorização e por isso considera a vida útil econômica dos ativos estará alinhada as taxas atualmente praticadas. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados.

8.10 Intangível***(i) Reconhecimento e mensuração***

Inclui os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, como utilização de softwares. São mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável.

(ii) Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam.

(iii) Amortização

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado nas taxas anuais estabelecidas no Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico (“MCPSE”), elaborado pela ANEEL, as quais são revisadas periodicamente e aceitas pelo mercado como uma estimativa adequada para efeitos contábeis e que representa a melhor estimativa de vida útil dos bens.

A amortização é reconhecida no resultado.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

8.11 Instrumentos financeiros

8.11.1 Ativos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

As contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento *significativo*) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao Valor Justo por meio do Resultado (“VJR”), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e

Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;

Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;

Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; e

A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o “principal” é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os “juros” são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;

Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;

O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e

Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente, o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

8.11.2 Passivos financeiros

Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras**8.12 Capital social**

O capital social está representado por ações ordinárias. Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais. A Companhia não emitiu ações preferenciais ou outro tipo de título patrimonial que tenha a possibilidade de conversão em ações ordinárias.

Quando proposta pela Companhia, a remuneração aos acionistas se dá sob a forma de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio com base nos limites definidos em lei e no estatuto social da Companhia.

8.13 Redução ao valor recuperável (*impairment*)**(i) Ativos financeiros não-derivativos*****Instrumentos financeiros e ativos contratuais***

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito, quando aplicável, sobre:

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; e

Ativos de contrato.

Quando aplicável, a Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e

Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato, quando aplicáveis, são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considera informações prospectivas (*forward-looking*).

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras***Mensuração das perdas de crédito esperadas***

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito.

As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos a Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber).

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

Quando aplicável, a provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

(i) Ativos não financeiros

Os ativos sujeitos à amortização são submetidos ao teste de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil possa não ser recuperável.

O valor da perda corresponderá ao excesso do valor contábil comparado ao valor recuperável do ativo, representado pelo maior valor entre o seu valor justo, líquido dos custos de venda do bem, ou o seu valor em uso.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (“UGC”), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGC.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGC são alocadas para redução do valor contábil dos ativos da UGC (ou grupo de UGC) de forma *pro rata*.

As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras**8.14 Provisões**

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os passivos relacionados a causas judiciais são provisionados por valores julgados suficientes pelos administradores e assessores jurídicos para fazer face aos desfechos desfavoráveis.

8.15 Arrendamentos

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia utiliza a definição de arrendamento no CPC 06 (R2).

Como arrendatário - Arrendamentos de ativos de baixo valor

A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

Como arrendador

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços independentes. A Companhia não possui nenhum ativo arrendado, seja ele financeiro ou operacional.

8.16 Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (non-performance).

Uma série de políticas contábeis e divulgações da Companhia requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros.

Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como “ativo” se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis.

A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

8.17 Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos exercícios apresentados, nos termos do CPC 41 - Resultado por Ação.

8.18 Dividendos

De acordo com a legislação brasileira, a Companhia é requerida a distribuir como dividendo anual mínimo obrigatório 25% do lucro líquido ajustado quando previsto no Estatuto Social. De acordo com o CPC 24 - Evento Subsequente e o ICPC 08 (R1) - Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendos, apenas os dividendos mínimos obrigatórios podem ser provisionados. Já os dividendos declarados ainda não aprovados só devem ser reconhecidos como passivo nas demonstrações financeiras após aprovação pelo órgão competente. Desta forma, são mantidos no patrimônio líquido, em conta de “Dividendos Adicionais Propostos”, em virtude de não atenderem aos critérios de obrigação presente na data das demonstrações financeiras.

8.19 Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2023. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

IFRS 17 Contratos de Seguros.

Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26).

Definição de Estimativas Contábeis (Alterações ao CPC 23).

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
9 Caixa e equivalentes de Caixa

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Caixa e bancos	21	31
Aplicações financeiras - Certificados de depósito bancário (CDB)	40.873	20.883
Aplicações financeiras - Letras Financeiras (LF)	<u>4.085</u>	<u>-</u>
Total de caixa e equivalentes de caixa no balanço patrimonial	44.979	20.914
Saldos bancários a descoberto	<u>-</u>	<u>(48.365)</u>
Caixa e equivalentes de caixa na demonstração dos fluxos de caixa	<u><u>44.979</u></u>	<u><u>(27.451)</u></u>

Incluem numerário em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de curto prazo, com liquidez imediata, remunerados ao Certificado de Depósito Interbancário (“CDI”). No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, as aplicações apresentaram rendimentos médios entre 98 e 103% do CDI nas principais aplicações: CDB Santander e CDB/LF Itaú (2021: 98% e 100% do CDI).

10 Aplicações financeiras restritas (não circulante)

<u>Instituição financeira</u>	<u>Modalidade</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Indexador</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Banco do Nordeste do Brasil (a)	Garantia CCG	31/12/2026	98% do CDI	4.697	4.190
Banco do Brasil S/A (b)	Garantia CCT	31/12/2026	94% do CDI	<u>140</u>	<u>138</u>
				<u><u>4.837</u></u>	<u><u>4.328</u></u>

- (a) Corresponde à aplicação em CDB firmada com o Banco do Nordeste do Brasil – BNB, por meio do Contrato Conta de Garantias (“CCG”). O saldo a ser mantido representa o montante de pelo menos um mês da TUST, conforme previsto no Anexo VI da Resolução ANEEL nº 1.316/2012.
- (b) Corresponde à conta de administração às garantias do Contrato de Conexão e Transmissão com a CHESF (“CCT - CHESF”). O montante aplicado representa uma parcela do contrato, conforme previsto na cláusula 54 do CCT-CHESF.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
11 Contas a receber de clientes

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Contas a receber de clientes (a)	2.068	79.301
Valores a faturar (b)	38.411	60.207
Liquidação no mercado de curto prazo (c)	3.476	3.813
Outros valores a receber (d)	<u>783</u>	<u>-</u>
	<u><u>44.738</u></u>	<u><u>143.321</u></u>

- (a) O montante contabilizado no contas a receber em 2021 é composto de valores faturados de venda de energia (parcela final de 1/3 fixa e de geração) de novembro, com vencimento inferior a 45 dias. Em 2022, o montante corresponde apenas a parcela fixa do mês de novembro.
- (b) Referem-se às parcelas fixa e de geração (somente para o exercício de 2021) não faturadas conforme Contratos de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEAR”). A receita correspondente as operações no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”) dos respectivos exercícios e liquidadas em janeiro do ano seguinte. Na data de aprovação das presentes Demonstrações Financeiras, não há saldo a receber de clientes relativo ao exercício de 2022.

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Valores a faturar - Novembro	9.603	-
Valores a faturar - Dezembro	<u>28.808</u>	<u>60.207</u>
	<u><u>38.411</u></u>	<u><u>60.207</u></u>

- (c) A liquidação no mercado de curto prazo é referente a recuperação de energia elétrica (“lastro”) adquirida pela Companhia no mercado de curto prazo e o seu recebimento ocorre no 5º dia útil do segundo mês subsequente ao faturamento. A variação entre os períodos é decorrente da redução do Preço de Liquidação das Diferenças (“PLD”) vigente (R\$55,70 p/MWh – novembro de 2022 e R\$88,10 p/MWh – novembro de 2021). Os volumes adquiridos em 2022 e 2021 foram, respectivamente, de 48,57 MW médios e 49,87 MW. A inadimplência no final de 2022 era de R\$293, referente ao período de outubro de 2022 (12,98% => R\$293 / R\$2.257) e recebida na liquidação de janeiro de 2023.
- (d) Valor a receber da Wartsila Brasil referente aos Danos Pré-Liquidados de Desempenho Anual (“LD”) do ano de 2021, previsto no Contrato de Operação e Manutenção.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Riscos de crédito e de mercado e perdas por redução ao valor recuperável

A Companhia não possui histórico de perdas efetivas por redução ao valor recuperável relacionadas ao Contas a receber de clientes e outros recebíveis. A inadimplência atual referente a liquidação no Mercado de Curto Prazo (“MCP”), sendo liquidada no prazo de 90 dias.

A exposição da Companhia a riscos de crédito e de mercado e perdas por redução ao valor recuperável relacionadas ao ‘Contas a receber de clientes’, está divulgada na Nota Explicativa nº 32.

12 Estoques

Os estoques da Companhia são essencialmente materiais ou insumos a serem consumidos ou transformados no processo de geração de energia. Eles são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. A mensuração dos estoques inclui também qualquer redução ao valor realizável líquido desses ativos. O método de avaliação dos estoques de insumos é o custo médio.

	2022	2021
Estoque de combustíveis (a)		
Combustíveis para geração de energia	36.533	41.022
Estoque de peças		
Segurança / mínimo (b)	22.121	18.003
Overhaul (b)	1.455	653
Garantia (c)	4.820	5.021
Em poder de terceiros (d)	1.238	1.943
Importações em andamento (e)	-	3.344
	29.634	28.964
Outros estoques		
Consumíveis	760	370
	66.927	70.356

- (a) O saldo em estoque de combustível refere-se ao óleo combustível B1 (“OCB1”), diesel e lubrificantes. O volume de OCB1 em estoque é definido de acordo com expectativa de geração, havendo uma capacidade de máxima de tancagem nos tanques próprios para 5 dias de geração. A variação do saldo é decorrente do consumo interno para aquecimento da planta em *stand by* (não houve despacho de geração determinado pelo ONS em 2022).
- (b) Estoque de peças críticas essenciais para a segurança operacional da Companhia, sendo composto por peças eletrônicas e mecânicas para utilização e reposição nas operações de manutenção realizadas.
- (c) Estoque de peças patrimoniais recebidas em garantia para substituição de peças danificadas e manutenção de *overhaul*.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

- (d) Peças em poder de terceiros para recuperação destinadas as manutenções preventivas/corretivas das Unidades Geradoras (“UGs”) e auxiliares.
- (e) Importação de dois turbo compressores para a UG#10, em virtude dos *Major Breakdown* ocorridos durante o ano de 2021. A conclusão do desembaraço ocorreu em janeiro de 2022. O reembolso dos custos relacionados a esses sinistros foi recebido em agosto de 2022, conforme Nota Explicativa nº 30 (i).

Com relação aos itens “b”, “c” e “d”, anualmente é realizada análise do giro das peças e feita a reclassificação entre estoque (curto prazo) e ativo imobilizado (longo prazo) (Nota Explicativa nº 17 “a”) quando cabível.

13 Tributos e contribuições a recuperar

	2022	2021
Imposto de Renda Pessoa Jurídica a recuperar (a)	1.405	-
CSRF a compensar (b)	-	550
	<u>1.405</u>	<u>550</u>

(a) Saldo negativo IRPJ exercício 2022.

(b) Crédito decorrente de pagamento a maior, liquidado em 2022.

14 Pesquisa e Desenvolvimento – P&D

	2022	2021
Projeto Captura de Carbono - H2 (a)	5.987	4.565
Projeto Compactador de Biomassa (b)	-	3.073
Projeto Sistema de Monitoramento do Trafo (c)	-	3.145
Projeto Biodetergente (d)	1.059	-
Serviços em curso (e)	130	316
	<u>7.176</u>	<u>11.099</u>

Conforme regulamentação estabelecida no Programa de Pesquisa e Desenvolvimento (“PROP&D”) da ANEEL, as empresas geradoras de energia elétrica destinam 1% de sua Receita Operacional Líquida (“ROL”) para Pesquisa e Desenvolvimento (“P&D”). Desse percentual, 40% são destinados para projetos de P&D e em eficiência energética de escolha da Companhia (¹). Esses projetos são submetidos a avaliação da ANEEL que, ao final, emite parecer sobre a aprovação de acordo com a normas previstas no PROP&D.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(1) A partir de abril de 2021, 30% do montante apurado passou a ser recolhido diretamente para o Ministério de Minas e Energia (“MME”), através da Conta de Desenvolvimento Energético (“CDE”).

No final de 2022, a Companhia tinha 2 projetos em andamento e 7 em fase de aprovação junto a ANEEL.

Projeto	Código ANEEL	Início	Término	Status
Falha nos motores	PD-06599-0002/2013	janeiro/2014	janeiro/2017	Aprovado pela Aneel em julho/2017
Conjunto trafo harmônico	PD-06599-0003/2015	junho/2015	novembro/2019	Encerrado - Aguardando aprovação Aneel
Ultrassom	PD-06599-0004/2015	junho/2015	novembro/2019	Encerrado - Aguardando aprovação Aneel
Redes inteligentes	PD-06599-0005/2015	abril/2016	setembro/2020	Encerrado - Aguardando aprovação Aneel
Monitoramento on-line de óleo	PD-06599-0006/2016	agosto/2016	dezembro/2020	Encerrado - Aguardando aprovação Aneel
Captura de carbono (H2)	PD-06599-0007/2019	julho/2019	abril/2023	Encerrado - Aguardando aprovação Aneel
Compactador de biomassa	PD-06599-0008/2019	novembro/2019	Junho/2022	Encerrado - Aguardando aprovação Aneel
Sistema de monitoramento do trafo	PD-06599-0009/2019	novembro/2019	agosto/2022	Encerrado - Aguardando aprovação Aneel
Biodetergente	PD- 07236-0009/2020	janeiro/2021	abril/2024	Pesquisa em andamento

- (a) Captura de Carbono, desenvolvimento de novo dispositivo, para uso em motores de grande porte a óleo OCB1, capaz de transformar os gases poluentes de escape provenientes das cadeias de carbono em gases não tóxicos (código ANEEL PD-06599-0007/2019). A pesquisa foi concluída e atualmente está aguardando a aprovação da ANEEL.
- (b) Sistema Compactador Automatizado Móvel de Matéria-Prima (Biomassa), que transforma cavacos de madeira em briquetes: aumentando o poder calorífico, o controle do processo e a reserva operativa energética; reduzindo custos de transporte e armazenamento; incluindo geração de relatórios e índices de qualidade (código ANEEL PD-06599-0008/2019). A pesquisa foi concluída em junho de 2022 e atualmente está aguardando a aprovação da ANEEL.
- (c) Sistema de monitoramento de transformadores customizado, configurável, com inteligência para apoio a decisão visando manutenibilidade do ativo transformador. A Inteligência irá prover diagnóstico de: fator de aceleração do envelhecimento; *hotspot*; taxa de geração de gases; e teor de água no papel (código ANEEL PD-06599-0009/2019). A pesquisa foi concluída em agosto de 2022 e atualmente está aguardando a aprovação da ANEEL.
- (d) Biodetergente: o projeto de pesquisa e desenvolvimento em fase de cabeça de série (cooperado), visa o aumento da escala de produção dos biodetergentes com características de biodegradabilidade e ausência de toxicidade capazes de limpar de forma rápida e eficiente os resíduos oriundos de petroderivados, tais como OCB1, diesel, óleo lubrificante e graxas, impregnados em peças, pisos e máquinas das usinas (código ANEEL PD-07236-0009/2020). A pesquisa ainda está em andamento, com término previsto para abril de 2024.
- (e) Atividades relacionadas com a gestão do programa de P&D, contemplando a elaboração de relatórios para a ANEEL em formatos pré-determinados nos manuais vigentes. Nesta atividade, está inclusa a dedicação horária da equipe de gestão para realizar as demais atividades previstas no projeto de gestão, como interação com outras empresas e instituições para viabilizar parcerias

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

e cooperação, inclusive, o controle físico, financeiro, contábil e jurídico dos projetos em execução na empresa.

Maiores detalhes sobre os projetos podem ser consultados no site da Companhia: <https://www.suapeenergia.com.br/>

15 Outros créditos

	2022	2021
Vibra Energia S.A (a)	14.443	9.879
Petroleo Brasileiro S.A. (b)	849	-
Adiantamentos a funcionários e a fornecedores diversos	124	80
	<u>15.416</u>	<u>9.959</u>
Circulante	15.416	80
Não circulante	-	9.879

- (a) Refere-se aos valores a receber, suportados pela Companhia, decorrente do excedente de ICMS - Substituição Tributária (ST) cobrados nas notas fiscais emitidas pela Petrobrás S.A. (Base SUAPE) para a Vibra Energia S.A. (antiga Petrobras Distribuidora) no tocante as compras de óleo combustível (OCB1) para produção de energia elétrica. Sendo a Companhia beneficiária, em conformidade com a Lei nº 15.615, de 08 de outubro de 2015, desde 1º de outubro de 2015, de redução na base de cálculo do imposto, nas operações de compra de óleo combustível B1 (“OCB1”) para utilização como insumo na UTE Suape II, de forma que a carga tributária resultasse em 7%, restou reconhecido pela Vibra Energia S.A. o excedente de tributação havido no início da vigência da Lei 15.615/2015, tendo a Companhia autorizado/legitimado a Vibra Energia S.A. a proceder a restituição junto ao fisco pernambucano para fins de devolução dos valores para a Companhia, que reconhecidamente suportou o encargo.

Diante deste cenário, quando da aquisição do produto pela Companhia foi registrado como custo do combustível todo o ICMS destacado nas notas fiscais de compra de OCB1, da mesma forma que antes desta Lei.

O mérito foi julgado procedente em segunda instância no TATE – Tribunal Administrativo Estadual de Pernambuco (processo 01.043/22-6 / SEFAZ 2017.000000647209-47), não cabendo mais recursos. O montante atualizado é de R\$ 14.443 e a atualização está reconhecida no ativo da Companhia. Ademais, o valor foi reclassificado para o curto prazo diante da previsão de recebimento até o final de 2023.

- (b) Parcela do IRF sobre o Juros sobre o Capital Próprio de 2022, paga indevidamente a acionista. O equívoco foi verificado na mesma data do pagamento, porém, devido aos tramites de devolução, a mesma só ocorreu no dia 16 de janeiro de 2023.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras**16 Despesas antecipadas**

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Prêmio de seguros (a)	3.333	2.641
Taxas	<u>-</u>	<u>8</u>
	<u>3.333</u>	<u>2.649</u>

Parcelas a apropriar de despesas com seguro de Riscos Nomeados e Operacionais (R\$ 3.332) e veículos (R\$ 1), contratados pela Companhia elencados na Nota Explicativa nº 33.

.26.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

17 Ativo imobilizado

Por natureza, os valores dos ativos imobilizados estão compostos da seguinte forma:

	Terrenos	Máquinas e equipamentos	Edificações	Veículos	Móveis e utensílios	Total em operação	Imobilizado em curso	Peças sobressalentes (a)	Total
Em 31 de dezembro de 2021									
Saldos em 1º de janeiro de 2021	9.978	320.185	107.623	155	471	438.412	27	29.002	467.441
Aquisição	-	355	-	-	12	367	3	181	551
Reclassificação do estoque (b)	-	-	-	-	-	-	-	1.716	1.716
Reclassificação do intangível	-	3	7	-	-	10	-	-	10
Baixa (c)	-	(3.611)	(99)	-	(125)	(3.835)	(30)	(3.707)	(7.572)
Depreciação	-	(19.841)	(3.708)	(40)	(50)	(23.639)	-	-	(23.639)
Saldo contábil, líquido	9.978	297.091	103.823	115	308	411.315	-	27.192	438.507
Em 31 de dezembro de 2021									
Custo	9.978	487.301	139.992	352	532	638.155	-	27.192	665.347
Depreciação acumulada	-	(190.210)	(36.169)	(237)	(224)	(226.840)	-	-	(226.840)
Saldo contábil, líquido	9.978	297.091	103.823	115	308	411.315	-	27.192	438.507
Em 31 de dezembro de 2022									
Saldos em 1º de janeiro de 2022	9.978	297.091	103.823	115	308	411.315	-	27.192	438.507
Aquisição	-	458	4	592	-	1.054	50	-	1.104
Reclassificação do estoque (b)	-	-	-	-	-	-	-	3.123	3.123
Reclassificação do intangível	-	27	-	2	1	30	(30)	-	-
Baixa (c)	-	(2)	-	(87)	-	(89)	-	(1.006)	(1.095)
Depreciação	-	(17.787)	(4.664)	(48)	(29)	(22.528)	-	-	(22.528)
Saldo contábil, líquido	9.978	279.787	99.163	574	280	389.782	20	29.309	419.111
Em 31 de dezembro de 2022									
Custo	9.978	487.784	139.996	859	533	639.150	20	29.309	668.479
Depreciação acumulada	-	(207.997)	(40.833)	(285)	(253)	(249.368)	-	-	(249.368)
Saldo contábil, líquido	9.978	279.787	99.163	574	280	389.782	20	29.309	419.111
Depreciação/amortização	-	3,60%	3,33%	4,27%	3,63%	-	-	-	-

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

- (a) Dentre os ativos mencionados acima, a Companhia possui peças sobressalentes, peças de reposição, ferramentas e equipamentos classificados no grupo do imobilizado. Conforme o Pronunciamento Técnico CPC nº 27 – Ativo Imobilizado, esses materiais serão utilizados nas manutenções corretivas das máquinas e equipamentos do ativo imobilizado da Companhia e são essenciais para garantir a segurança operacional e a administração espera usá-los por mais de um período. Desta forma, em 31 de dezembro de 2022, o valor contábil do imobilizado correspondente a peças sobressalentes era de R\$29.309 (em 31 de dezembro de 2021, R\$27.192), totalizando R\$419.111 (em 31 de dezembro de 2021, R\$438.507) de bens do ativo imobilizado.
- (b) A transferência de R\$ 3.123 (R\$ 1.716 em 2021) é decorrente da reclassificação (líquida) de estoque para o imobilizado dos itens com e sem giro. A análise é feita anualmente (novembro), de acordo com a movimentação ocorrida durante o período dos últimos 12 meses, sendo o aumento do estoque sem giro devido a planta em *stand by* que mesmo com uma programação de manutenções corretivas / preventivas não atinge o volume da operação com geração.
- (c) As baixas de peças sobressalentes são para as manutenções corretivas / preventivas das UGs. Os itens que apresentam giro têm o seu saldo reclassificado para o estoque (vide item (b)).

Provisão para redução ao valor recuperável

Para todos os períodos apresentados, a Companhia avaliou eventuais indicativos de desvalorização de seus ativos que pudessem gerar a necessidade de testes sobre o valor de recuperação. A Administração concluiu que como resultado de tal avaliação para todos os períodos apresentados não apontou indicativos de redução no valor recuperável desses ativos, não havendo, portanto, perdas por desvalorização a ser reconhecidas.

Depreciação

A depreciação é calculada com base no método linear ao longo das vidas úteis utilizando as taxas anuais estabelecidas pela ANEEL, as quais são revisadas periodicamente e aceitas pelo mercado como uma estimativa adequada para efeitos contábeis e que representa a melhor estimativa de vida útil dos bens, conforme apresentado a seguir:

Itens de Imobilizado	Range de depreciação
Edificações	30 a 50 anos
Equipamentos de informática	6 anos
Máquinas e equipamentos	15 a 36 anos
Móveis e Utensílios	16 anos
Veículos	7 anos

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
18 Ativo intangível

	<u>Direito de uso de software</u>
Taxa de amortização	20%
Em 31 de dezembro de 2021	
Saldos em 1º de janeiro de 2021	615
Adição	207
Reclassificação para o imobilizado (b)	(10)
Baixas	(7)
Amortização (a)	<u>(440)</u>
Saldo contábil, líquido	<u>365</u>
Em 31 de dezembro de 2021	
Custo total	3.109
Depreciação acumulada	<u>(2.744)</u>
Saldo contábil, líquido	<u>365</u>
Em 31 de dezembro de 2022	
Saldos em 1º de janeiro de 2022	365
Adição	5
Amortização (a)	<u>(264)</u>
Saldo contábil, líquido	<u>106</u>
Em 31 de dezembro de 2022	
Custo total	3.114
Depreciação acumulada	<u>(3.008)</u>

A Companhia mantém registrado nesta conta a aquisição de licença de softwares.

Direitos de uso de software são licenças de direito de propriedade intelectual, constituídos por gastos realizados com a aquisição das licenças e demais gastos com serviços complementares à utilização produtiva de softwares, desvinculados de equipamentos tangíveis (*hardware*) e são amortizados de forma linear, de acordo com base na vida útil estimada do software que é de 5 anos.

- (a) A amortização no resultado é deduzida da parcela do Projeto de P&D de Diagnóstico de Falha de Motores (R\$ 234 em 2022 e R\$ 351 em 2021) não representando um custo financeiro para a Companhia.
- (b) As reclassificações são decorrentes do inventário iniciado em 2021 e finalizado em 2022.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
19 Fornecedores

	2022	2021
Combustíveis e lubrificantes (a)	197	966
Encargos de uso da rede (b)	3.195	3.698
Wartsila Brasil Ltda (c)	2.931	3.111
Institutos de P&D (d)	107	325
<i>Wartsila Switserzerland</i> (e)	-	264
Outros fornecedores (f)	370	1.736
	<u>6.800</u>	<u>10.100</u>

- (a) Aquisição de OCB1, incluindo frete, lubrificantes e diesel destinados a geração de energia elétrica. O prazo médio de liquidação é de 5 dias para os combustíveis e 30 para o frete sobre o OCB1.
- (b) Refere-se ao uso da rede básica e sistema de distribuição, cujo prazo médio de liquidação é de 25 dias.
- (c) Aquisição de serviço de Operação e Manutenção da planta, cujo prazo médio de liquidação é de 25 dias.
- (d) Refere-se ao custo com as instituições de pesquisas dos projetos de P&D em andamento (conforme Nota Explicativa nº 14).
- (e) Importação de peças de manutenção das Unidades Geradoras (“UGs”) e auxiliares. O saldo já considera a provisão para variação cambial, sendo o prazo médio de liquidação de 30 dias.
- (f) A redução do saldo a pagar é decorrente da redução de custos devido à ausência de geração no ano de 2022.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não possui operações de “Risco Sacado”, que possibilitam aos fornecedores anteciparem os seus recebíveis com instituição financeira.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
20 Provisão de honorários advocatícios

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Paulo Cesar Pinheiro Advogados	<u>12.347</u>	<u>12.347</u>
	<u>12.347</u>	<u>12.347</u>
Circulante	12.347	-
Não circulante	-	12.347

Honorários de êxito de 2% sobre o benefício econômico gerado com estimativa de ganho na causa do afastamento das penalidades decorrentes do atraso do início da operação comercial (vide Nota Explicativa nº 26.2.5). Em 2018, a Companhia avaliou que o montante dos honorários, considerando o benefício econômico gerado, seria de aproximadamente R\$7,8 milhões. Em 2019, a Companhia reavaliou a estimativa e optou por provisionar o valor complementar de R\$ 4,56 milhões, perfazendo o total do montante dos honorários com base nas penalidades contestadas. O processo extinguiu-se em outubro de 2022 com a vitória para a Companhia. Em abril de 2023, foi encerrada a negociação comercial com o escritório, chegando ao montante total de R\$24 milhões, a ser pago até o final do exercício, conforme detalhado na Nota Explicativa nº 32b (i).

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
21 Empréstimos, financiamentos e encargos

Instituição financeira	Objetivo	Juros	Prazos / Vencimento	Circulante		Não circulante	Total	
				Principal	Encargos	Principal	2022	2021
Banco Santander - CCB (a)	Construção UTE	CDI + 1,80% a.a.	64 meses - 10/11/2026	23.393	5.242	81.876	110.511	132.568
Itaú Unibanco S.A. (b)	Compra de OCB1	CDI + 1,95% a.a.	6 meses - 14/02/2022	-	-	-	-	18.035
Banco Santander - CCB (c)	Compra de OCB1	CDI + 1,94% a.a.	6 meses - 27/06/2022	-	-	-	-	30.330
				<u>23.393</u>	<u>5.242</u>	<u>81.876</u>	<u>110.511</u>	<u>180.933</u>
							28.635	75.664
							81.876	105.269

A Companhia obteve com as Instituições Bancárias os contratos dos financiamentos para a construção e operação da usina, inclusive os destinados a capital de giro, cujas condições contratuais são as seguintes:

- Cédula de Crédito Bancário (“CCB”) contratada em agosto de 2021 nas mesmas condições de garantia e vencimento da CCB anterior também contratada junto ao Banco Santander, excetuando-se a taxa de juros mais atrativa para a Companhia, dada as condições do mercado (aumento do CDI e câmbio). Ademais, a Companhia obteve a carência de seis meses para pagamento da primeira parcela do empréstimo, iniciando a quitação em fevereiro de 2022.
- Conta garantida contratada junto ao Itaú BBA para aquisição de OCB1, na modalidade D+5, sendo o saldo devedor quitado em janeiro de 2022, não havendo até a data de emissão das presentes Demonstrações Financeiras a captação de novos recursos.
- Conta garantida contratada junto ao Banco Santander para aquisição de OCB1, na modalidade D+5, sendo o saldo devedor quitado em janeiro de 2022, não havendo até a data de emissão das presentes Demonstrações Financeiras a captação de novos recursos.

O financiamento para Construção da UTE (“a”) tem como garantia os direitos creditórios provenientes da receita fixa do(s) “CCEAR’s”, que serão disponibilizados na Conta Vinculada de titularidade do Banco Santander. Os empréstimos para compra de OCB1 (“b”, “c”) não possuíam garantias vinculadas.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
Condições restritivas (Covenants e Garantias)

A Companhia não possui contratos de empréstimos e financiamentos com cláusulas restritivas (Covenants).

A seguir está apresentada a movimentação dos empréstimos e financiamentos:

	Circulante	Não circulante	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2021	24.837	120.493	145.330
Ingressos (conta garantida)	185.500	-	185.500
Transferências	15.224	(15.224)	-
Encargos (empréstimos e financiamentos)	7.773	-	7.773
Encargos (conta garantida)	7.437	-	7.437
Amortização de principal (empréstimos e financiamentos)	(16.338)	-	(16.338)
Amortização de principal (conta garantida)	(138.000)	-	(138.000)
Pagamento de juros e IOF (empréstimos e financiamentos)	(4.099)	-	(4.099)
Pagamento de juros e IOF (conta garantida)	(6.670)	-	(6.670)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	75.664	105.269	180.933
Transferências	23.393	(23.393)	-
Encargos (empréstimos e financiamentos)	16.356	-	16.356
Encargos (conta garantida)	137	-	137
Amortização de principal (empréstimos e financiamentos)	(22.794)	-	(22.794)
Amortização de principal (conta garantida)	(47.500)	-	(47.500)
Variação cambial (empréstimos)	(599)	-	(599)
Pagamento de juros e IOF (empréstimos e financiamentos)	(15.019)	-	(15.019)
Pagamento de juros e IOF (conta garantida)	(1.003)	-	(1.003)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	28.635	81.876	110.511

Em 31 de dezembro de 2022, o financiamento (item “a”) classificado no passivo não circulante têm seus vencimentos na seguinte composição:

Ano	2022	2021
2023	-	23.393
2024	23.393	23.393
2025	23.393	23.393
2026	35.090	35.090
	81.876	105.269

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
22 Tributos e contribuições sociais

	2022	2021
COFINS a recolher (a)	2.012	1.771
PIS a recolher (a)	423	383
INSS a recolher (b)	323	363
IRRF a recolher (c)	210	268
CSRF a recolher (c)	188	268
ISS a recolher (c)	110	128
FGTS a recolher	27	23
ICMS a recolher	-	1
	<u>3.293</u>	<u>3.205</u>

- (a) PIS/COFINS regime não cumulativo sobre receita de operações de energia (Nota Explicativa nº 29) e sobre receitas financeiras (Nota Explicativa nº 31).
- (b) INSS sobre folha e retido na fonte de fornecedores.
- (c) Tributos retidos na fonte de fornecedores. Para o IRRF, também está inclusa a parcela sobre folha de pagamento.

22.1 Passivo fiscal corrente

	2022		
	CSLL	IRPJ	Total
Despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social	13.059	36.683	49.742
Incentivo Sudene (Redução de 75% do IRPJ)	-	(30.726)	(30.726)
Pagamentos por estimativa no ano	<u>(5.303)</u>	<u>(5.957)</u>	<u>(11.260)</u>
	<u>7.756</u>	<u>-</u>	<u>7.756</u>
	2021		
	CSLL	IRPJ	Total
Despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social	27.217	76.036	103.253
Incentivo Sudene (descontado o ajuste de anos anteriores)	-	(58.928)	(58.928)
Pagamentos por estimativa no ano	<u>(16.676)</u>	<u>(8.470)</u>	<u>(25.146)</u>
	<u>10.541</u>	<u>8.638</u>	<u>19.179</u>

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
22.2 Conciliação da despesa do Imposto de Renda e da Contribuição Social

A conciliação entre a despesa de Imposto de Renda e de Contribuição Social pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:

	2022		2021	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	177.414	177.414	319.377	319.377
Alíquota do Imposto de Renda e Contribuição Social (a)	9%	25%	9%	25%
Imposto de Renda e Contribuição Social às alíquotas da legislação	(15.967)	(44.354)	(28.744)	(79.844)
Ajustes ao lucro líquido que afetam o resultado fiscal do período:				
Adições				
Depreciação (diferença taxa ANEEL x RFB)	(255)	(707)	(255)	(707)
Benefícios a administradores	-	(37)	-	(60)
Outras adições	(34)	(96)	(48)	(135)
	(289)	(840)	(303)	(902)
Exclusões				
Juros sobre Capital Próprio - JSCP	2.547	7.074	1.609	4.469
Incentivo Fiscal Lei do Bem	162	451	221	614
Atualização monetária repetição de indêbitos	488	1.355	-	-
Outras exclusões	-	23	-	25
	3.197	8.903	1.830	5.108
Imposto de Renda e Contribuição Social correntes (b)	(13.059)	(36.683)	(27.217)	(76.036)
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos	255	707	255	707
Incentivo Fiscal SUDENE	-	30.726	-	58.928
	(12.804)	(5.250)	(26.962)	(16.401)

- (a) A alíquota do Imposto de Renda não considera a redução do Incentivo Fiscal da Sudene, sendo o mesmo aplicado em linha separada.
- (b) O IRPJ corrente de ambos os anos está acrescido de diferenças de anos anteriores (R\$393 em 2022 e R\$398 em 2021).

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
22.3 Conciliação dos impostos fiscais diferidos ativos e passivos

	2022			2021		
	CSLL	IRPJ	Total	CSLL	IRPJ	Total
Ativo						
Provisão para honorários advocatícios (Nota Explicativa nº 20)	12.347	12.347	12.347	12.347	12.347	12.347
Base de cálculo do imposto ativo	12.347	12.347	12.347	12.347	12.347	12.347
Alíquota	9%	25%	34%	9%	25%	34%
Imposto ativo	1.111	3.087	4.198	1.111	3.087	4.198
Passivo (-)						
Depreciação (diferença taxa contábil ANEEL x RFB)	-	-	-	(2.829)	(2.829)	(2.829)
Base de cálculo do imposto passivo	-	-	-	(2.829)	(2.829)	(2.829)
Alíquota	9%	25%	34%	9%	25%	34%
Imposto passivo	-	-	-	(255)	(707)	(962)
Total líquido	1.111	3.087	4.198	856	2.380	3.236

A Companhia não possui base de prejuízos fiscais acumulados e por esse motivo há constituição de ativo fiscal diferido sobre tal rubrica.

23 P&D e taxas regulatórias

	2022	2021
Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) - projetos (a)	8.490	14.264
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT (b)	204	944
Ministério das Minas e Energia - MME (b)	102	472
Taxa de Fiscalização Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)	109	105
Conta de Desenvolvimento Econômico - CDE (b)	61	283
	<u>8.966</u>	<u>16.068</u>
Circulante	7.499	10.662
Não circulante	1.467	5.406

Os encargos setoriais P&D, FNDCT, MME e CDE correspondem a 1% da ROL, conforme regulamentação estabelecida no Programa de Pesquisa e Desenvolvimento (“PROP&D”) da ANEEL e devem ser aplicados em P&D e em eficiência energética, visando financiar o desenvolvimento tecnológico do setor elétrico, em conformidade com a Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Do montante apurado, 40% são destinados ao FNDCT, 20% para o MME e 40% para projetos de pesquisa e desenvolvimento de escolha da Companhia (Nota Explicativa nº 14). A partir de abril de 2021, 30% do montante destinado aos projetos passou a ser recolhido diretamente para o MME através da CDE.

- (a) Os gastos realizados com os projetos de P&D em curso estão registrados na rubrica de P&D projetos em andamento, no ativo circulante (Nota Explicativa nº 14). No final dos projetos, o saldo em curso será encerrado contra os recursos do programa destacados acima. O saldo de P&D em curso a investir é demonstrado abaixo:

Saldo de P&D em projetos	2022	2021
(+) Provisão de P&D	8.490	14.264
(-) Projetos em andamento (realizado)	(7.176)	(11.099)
(-) Projetos em andamento (comprometido)	(493)	-
(=) Saldo a investir	821	3.165

- (b) Os valores de FNDCT, MME e CDE são recolhidos mensalmente para a Financiadora de Estudos e Projetos (“FINEP”), MME e da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”), respectivamente.

24 Dividendos e juros sobre capital próprio

24.1 Juros sobre capital próprio

	Provento	Valor deliberado	Valor por ação ON
Deliberação 2022			
RCA de 18 de outubro de 2022	JCP	28.296	0,20215
AGE de 14 de novembro de 2022	JCP	28.296	0,20215
Deliberação 2021			
RCA de 11 de novembro de 2021	JCP	17.875	0,12770
AGE de 30 de novembro de 2021	JCP	17.875	0,12770

A deliberação (destinação) dos Juros sobre o Capital Próprio (“JCP”) no montante de R\$28.296, referente ao exercício social de 2022, foi no limite máximo de dedutibilidade para apuração do Lucro Real previsto no Artigo 9º da Lei 9.249/1995 (a), conforme Anexo II da Ata de Reunião de Conselho de Administração realizada em 18 de outubro de 2022. O JCP é considerado para fins de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios.

Em dezembro de 2022, foram realizados os pagamentos das deliberações do exercício de 2022, deduzidos do respectivo IRRF.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(a) O art. 9º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, permite a dedutibilidade, para fins de Imposto de Renda e da Contribuição Social, dos juros sobre o capital próprio pagos aos acionistas, calculados sobre as contas do patrimônio líquido e limitados à variação *pro rata die* da Taxa de Juros de Longo Prazo (“TJLP”) e considerando o emanado no art. 75 da IN RFB nº 1.700/2017 e na Lei nº 12.973/2014.

24.2 Dividendos intermediários

	Provento	Valor deliberado	Valor por ação ON
Deliberação 2022			
RCA de 18 de outubro de 2022	Dividendos	80.000	0,57152
AGE de 14 de novembro de 2022	intermediários	80.000	0,57152
Deliberação 2021			
RCA de 11 de novembro de 2021	Dividendos	147.794	1,05584
AGE de 30 de novembro de 2021	intermediários	147.794	1,05584

Em novembro de 2022, foi deliberada a distribuição de dividendos intermediários apurados até 30 de setembro de 2022, em conformidade com o art. 30 do Estatuto Social. O pagamento ocorreu dentro do exercício de 2022.

24.3 Dividendos mínimos e complementares

Segue a base de cálculo para os dividendos mínimos obrigatórios:

	2022	2021
Dividendos mínimos - sobre o lucro líquido ajustado		
Lucro líquido do exercício	159.360	276.014
(-) Reserva de incentivo fiscal	(30.726)	(58.928)
(=) Base de Cálculo dos dividendos	128.634	217.086
(x) Percentual conforme Estatuto Social	25%	25%
(=) Dividendos mínimos obrigatórios	<u>32.159</u>	<u>54.272</u>
(-) Parcela já distribuída através de dividendos intermediários e JCP	(32.159)	(54.272)
(=) Saldo a distribuir	<u>-</u>	<u>-</u>
Demonstrativo dos Dividendos mínimos e Juros sobre Capital Próprio:		
Juros sobre capital próprio declarados	28.296	17.875
Efeito do IRRF para fins de dividendos conforme ICPC 08	(4.244)	(2.681)
Dividendos mínimos pagos através de dividendos intermediários	<u>8.107</u>	<u>39.078</u>
	<u>32.159</u>	<u>54.272</u>

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

A distribuição (pagamento) dos dividendos mínimos obrigatórios de 2022 já ocorreu dentro do exercício em virtude da distribuição dos dividendos intermediários (Nota Explicativa nº 24.2), não havendo a necessidade de deliberação de aprovação de valores adicionais.

A formação do saldo excedente aos dividendos mínimos obrigatórios em 31 de dezembro de 2022 é como segue:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Base de cálculo dos dividendos	128.634	217.086
Dividendos mínimos obrigatórios (bruto de IRRF)	<u>(36.403)</u>	<u>(56.953)</u>
Excedentes aos dividendos mínimos obrigatórios	92.231	160.133
Dividendos intermediários distribuídos no ano	<u>(71.893)</u>	<u>(108.716)</u>
Saldo do excedentes aos dividendos mínimos obrigatórios	<u><u>20.338</u></u>	<u><u>51.417</u></u>

A Diretoria da Companhia irá propor que o montante de R\$20.338, excedente aos dividendos mínimos obrigatórios, registrados como dividendos adicionais propostos, seja distribuído integralmente ao longo do exercício de 2023, de acordo com a disponibilidade de caixa da Companhia e futura deliberação dos acionistas em assembleia geral.

A movimentação dos saldos dos dividendos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 está demonstrada a seguir:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Saldo inicial	-	28.400
Dividendos complementares do exercício anterior	51.417	82.673
Atualização SELIC (líquida de IRRF)	1.132	619
Dividendos pagos do exercício anterior	(52.549)	(97.336)
Juros sobre capital próprios pagos	(24.052)	(29.550)
Dividendos propostos do exercício	36.403	56.953
Dividendos intermediários declarados no exercício	71.894	108.716
Dividendos mínimos pagos dentro do exercício	(8.107)	(39.078)
Dividendos intermediários pagos dentro do exercício	(71.894)	(108.716)
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	<u>(4.244)</u>	<u>(2.681)</u>
Saldo final	<u><u>-</u></u>	<u><u>-</u></u>

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
25 Outras contas a pagar

	2022	2021
Estoque de peças em garantia (a)	4.621	5.021
Provisão de férias e encargos	511	400
P&D imobilizado em serviço	-	234
Outros valores a pagar	552	575
	<u>5.684</u>	<u>6.230</u>
Circulante	5.684	5.996
Não circulante	-	234

(a) Saldo corresponde a contrapartida ao estoque de peças em garantia, conforme Nota Explicativa nº 12(c).

26 Contingências

A Companhia está exposta às contingências decorrentes de sua operação. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas na mesma data, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não da constituição de provisão para contingências. Conforme requerido pela norma brasileira de contabilidade CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, quando o risco de perda é provável, é feito provisionamento de 100% do valor devido nessas ações, e para as causas com risco de perda possível não é requerida contabilização, porém devem ser divulgadas em Nota Explicativa.

26.1 Ações tributárias, cíveis e ambientais (risco provável)

Com base na avaliação de especialistas e nas condições processuais de cada ação. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia não possuía nenhuma ação com risco de perda provável.

26.2 Ações tributárias e cíveis (risco possível, não constituída provisão)

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia apresentava contingências passivas envolvendo questões tributárias e cíveis avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes de R\$ 14.890 e R\$ 1.277 (2021: R\$ 14.890 e R\$ 1.277), respectivamente.

Abaixo destacamos os processos com valor envolvido de maior relevância, que foram avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco “possível”:

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

26.2.1 Ação Ordinária contra União Federal

A Companhia ajuizou a Ação Ordinária nº 0036521-07.2013.4.01.3400, contra a União Federal, para afastar os efeitos da Resolução CNPE nº 03/2013, referente à cobrança dos Encargos de Serviços do Sistema (ESS). A sentença julgou improcedente o pedido da Companhia, que interpôs recurso de Apelação Cível, recebido no efeito suspensivo e pendente de julgamento. Acredita-se que a ação será julgada procedente, portanto, de forma favorável à Companhia. A probabilidade de perda é possível e o valor é inestimável.

26.2.2 Ação contra a CHESF

A CHESF aplicou penalidades à Companhia, no montante de R\$ 1.277, sob o argumento de inadimplemento contratual por não assinatura tempestiva do Atestado de Recebimento Provisório (ARP). A questão gira em torno de assumir no ARP a obrigação pela doação do imóvel no qual se encontram implantados os *bays* de conexão, obrigação esta que não existe no Contrato de Conexão ao Sistema de Transmissão (CCT) do qual o ARP é um anexo e obrigação subsidiária. Assim, a Companhia ajuizou ação 0051007-04.2017.8.17.2001. Em 2022, houve a perícia técnica, mas ainda não houve a divulgação do laudo pericial. A probabilidade de perda é possível, segundo análise realizada pelo jurídico interno da empresa.

26.2.3 Ação contra União Federal e ANEEL

A Companhia, para assegurar a preferência no recebimento da receita proveniente da recomposição de lastro via liquidação do Mercado de Curto Prazo (“MCP”) junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”), ajuizou, na condição de associada da Associação Brasileira de Geradoras Térmicas (“ABRAGET”), a ação ordinária nº 0051048-90.2015.4.01.3400 contra a União Federal e a ANEEL, para que as Rés não transfiram o ônus financeiro de quaisquer decisões judiciais da qual não faça parte, relativa aos efeitos dos atuais valores de *Generation Scalling Factor* (“GSF”) sobre geradores hidrelétricos nas liquidações, já reconhecida por liminar e confirmada por sentença. Eventual revogação da sentença em sede de recurso poderá provocar risco da inadimplência no Mercado de Curto Prazo com o pagamento da receita no Mercado de Longo Prazo, devidamente corrigido conforme a variação do IGP-M do momento que era devido até o seu efetivo pagamento.

26.2.4 Auto de Infração RFB

Em maio de 2021, a Companhia foi autuada pela Receita Federal do Brasil (“RFB”) em decorrência do Mandado de Procedimento Fiscal nº. 04.0.01.00-2020-01410-0 referente a fiscalização de IRPJ e CSLL do ano-calendário de 2018. Os principais pontos do auto de infração estão relacionados ao cálculo do Lucro da Exploração. O valor da autuação foi de R\$19.853, já acrescido dos encargos legais (data-base maio de 2021). A Companhia apresentou impugnação (processo administrativo 11274.720436-2021-58) e em primeira instância obteve êxito na declaração de improcedência de aproximadamente 25% do lançamento original, pendentes de análise de reexame necessário. Em dezembro de 2021, a Companhia ingressou com recurso voluntário para apreciação, em segunda instância, sobre os argumentos de impugnação associados aos valores ainda mantidos e por ela tidos como indevidos. Atualmente, o processo encontra-se aguardando julgamento no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (“CARF”), sendo a probabilidade de perda remota em relação aos valores objeto de reexame necessário (R\$ 4.963) e admitindo-se possível no tocante à parcela objeto de Recurso Voluntário (R\$ 14.890).

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
26.2.5 Mandado de Segurança ANEEL e CCEE

A Companhia impetrou Mandado de Segurança (processo nº 6981-45.2012.4.01.3400) contra a ANEEL e CCEE para afastar penalidades decorrentes do atraso no início da operação comercial da Usina por fato de terceiro, bem como assegurar o recebimento da Receita Fixa proveniente dos CCEARs durante o período em que se encontrava apta a gerar energia, mas impedida de escoá-la ao SIN. Após concessão de tutela antecipada, prolatadas sentença e acordão, todos favoráveis à Companhia, o processo transitou em julgado em outubro de 2022.

27 Patrimônio líquido
27.1 Capital Social

O capital social, subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 139.977 em 2022 e 2021 e está representado por 139.977 ações ordinárias, com valor nominal de R\$ 1,00 cada uma, conforme demonstrado no quadro a seguir:

	2022 e 2021	
	Ações ordinárias	Valor
Savana SPE Incorporações Ltda.	111.982	111.982
Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras	27.995	27.995
	<u>139.977</u>	<u>139.977</u>

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

27.2 Reservas de legal e de lucros

A Companhia já constituiu o montante para Reserva Legal até o limite de 20% do capital social previsto no art. 193 da Lei nº 6.404/76.

A conta de Reserva de Lucros é constituída pelos valores excedentes aos dividendos mínimos obrigatórios e dividendos intermediários e são destinados após deliberação por parte dos acionistas em AGO/E, sendo a sua composição detalhada na Nota Explicativa nº 24.

27.3 Reserva de incentivos fiscais - Lucro da Exploração

Nos exercícios de 2022 e 2021, a Companhia se beneficiou do incentivo fiscal de redução de 75% do IRPJ, inclusive adicionais não restituíveis, apurado com base no Lucro da Exploração, suportado pelo Laudo Constitutivo nº 0199/2012, expedido pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (“SUDENE”), órgão vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Regional.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

O benefício teve a vigência de 10 anos, se encerrando no final do exercício de 2022. Em dezembro de 2022 foi solicitado junto a SUDENE a concessão de novo benefício na modalidade de Modernização Total de Empreendimento. Em março de 2023, o pleito foi aprovado pelo período de 10 anos a contar de 1º de janeiro de 2023 até 31 de dezembro de 2032, através do Laudo Constitutivo nº 0024/2023, expedido pela SUDENE. Em abril de 2023, o benefício foi homologado pela Receita Federal do Brasil (“RFB”), com a publicação do Ato Declaratório Executivo DRF/NAT nº 97/2023.

Esse incentivo foi creditado ao resultado em contrapartida ao imposto devido para recolhimento. Nos termos da legislação vigente, o valor do imposto que deixar de ser pago em virtude da redução do imposto devido não poderá ser distribuído aos acionistas, sendo objeto de constituição de reserva no patrimônio líquido, que somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento do capital social.

	<u>Valores</u>
Saldo acumulado em 1º de janeiro de 2021	178.905
Incentivo fiscal no exercício de 2021	<u>58.928</u>
Saldo acumulado em 31 de dezembro de 2021	237.833
Incentivo fiscal no exercício de 2022	<u>30.726</u>
Saldo acumulado em 31 de dezembro de 2022	<u><u>268.559</u></u>

28 Partes relacionadas

a. Remuneração do pessoal-chave da Administração

Em ata AGOE de 13 de abril de 2022, a Companhia deliberou o montante global de R\$1.844 de remuneração (sem a inclusão dos encargos legais exigíveis, que são suportados pela Companhia) do pessoal-chave da Administração para o período de março a dezembro 2022. O período de janeiro e fevereiro de 2022 já haviam sido deliberados na AGOE de 5 de abril de 2021, no montante de R\$311, totalizando a remuneração global anual em R\$ 2.155.

O montante pago até 31 de dezembro de 2022 foi de R\$1.895 (em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$1.824).

b. Outras transações com partes relacionadas

Os valores a pagar (pagos) de Juros sobre Capital Próprio, dividendos mínimos, dividendos intermediários e dividendos adicionais propostos estão detalhados na Nota Explicativa nº 24.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
29 Receita operacional líquida

	2022	2021 (Reapresentado)
Receita de operações com energia elétrica		
Receita fixa - disponibilidade (a)	328.193	298.599
Receita de geração - demanda (b)	3.129	1.195.742
Suprimento de energia elétrica	331.322	1.494.341
Deduções da receita operacional		
(-) PIS / COFINS	(30.647)	(138.242)
(-) Programa de P&D e eficiência energética	(2.977)	(13.427)
(-) Taxa de fiscalização	(1.302)	(1.259)
Total das deduções da receita operacional	(34.926)	(152.928)
	<u>296.396</u>	<u>1.341.413</u>

- (a) A receita fixa é recebida em função da disponibilidade da Companhia para o Sistema Interligado Nacional (“SIN”). A variação é decorrente do reajuste pelo IPCA previsto nos Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado (“CCEAR”).
- (b) Devido as condições hídricas do sistema elétrico em 2022, a Companhia não foi chamada a despachar, sendo a geração ocorrida durante o ano para testes e comprovação de disponibilidade das UGs. Em 2021, o grande volume de geração foi decorrente principalmente à seca na região sudeste/centro-oeste ter sido muito intensa (a maior registrada em 98 anos). O despacho é realizado substancialmente em atendimento as demandas de geração, conforme requerimento do Operador Nacional do Sistema (“ONS”).

Meses	Geração Bruta (MWh)		CVU (R\$)	
	2022	2021	2022	2021
JAN	-	123.586,964	1.109,28	725,23
FEV	353,690	22.080,213	1.259,04	820,10
MAR	-	-	1.294,50	924,42
ABR	41,832	5,190	1.416,83	991,19
MAI	12,735	5.619,971	1.278,66	968,43
JUN	-	158.488,640	1.368,24	951,30
JUL	-	140.722,672	1.457,43	940,25
AGO	93,310	212.368,663	1.457,43	982,95
SET	-	205.759,810	1.277,91	985,73
OUT	-	209.810,490	1.126,84	1.071,89
NOV	18,155	145.212,390	1.150,85	1.239,94
DEZ	4,273	29.847,130	1.121,15	1.165,35
Total	523,995	1.253.502,133	-	-
Média mensal	43,666	104.458,511	1.276,51	980,57
Despacho anual	0,02%	37,61%		

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
30 Custos e despesas (outras receitas) operacionais

Os custos e despesas operacionais especificados na demonstração de resultado do exercício, possuem a seguinte composição, por natureza de gastos:

	2022	2021
		(Reapresentado)
Custo do serviço de energia elétrica		
Combustível para geração de energia elétrica (a)	(7.475)	(880.472)
Encargos de uso do sistema transmissão (b)	(32.049)	(32.866)
Depreciação e amortização (c)	(21.842)	(23.122)
Serviços de terceiros (d)	(23.498)	(31.358)
Peças para manutenção (e)	(15.182)	(16.223)
Seguros (f)	(8.316)	(5.830)
Alugueis	(2.786)	(2.531)
Material de consumo	(705)	(800)
Taxas e contribuições	(244)	(313)
Energia elétrica	(27)	(19)
	<u>(112.124)</u>	<u>(993.534)</u>
Custo de compra de energia elétrica - lastro (g)		
Energia elétrica comprada para fornecimento	49	1.232
	<u>49</u>	<u>1.232</u>
Despesas gerais e administrativas		
Pessoal (h)	(6.034)	(5.295)
Administradores (h)	(2.154)	(2.098)
Serviços de terceiros	(1.704)	(1.654)
Depreciação e amortização	(717)	(608)
Taxas e contribuições	(661)	(221)
Alugueis	(12)	(12)
Material de consumo	(123)	(109)
Baixa de ativos	(89)	(3.785)
Outras despesas	(1.714)	(1.568)
	<u>(13.208)</u>	<u>(15.350)</u>
Outras receitas operacionais		
Peças recebidas em garantia	9	957
Indenizações de seguros (i)	10.618	-
Venda líquida de óleo usado e sucata	225	183
	<u>10.852</u>	<u>1.140</u>
	<u>(114.431)</u>	<u>(1.006.512)</u>

O principal fator de variação dos custos operacionais foi a redução no nível de geração da Companhia, despacho médio de 0,02% em 2022 (37,61% em 2021).

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

- (a) O gasto com OCB1, diesel e lubrificantes em 2022 foi decorrente do consumo interno para aquecimento da planta em *stand by* (não houve despacho de geração determinado pelo ONS). Também está incluso o ajuste de R\$ 857 referente ao principal do pleito de ressarcimento de ICMS (vide Nota Explicativa nº 15).
- (b) Em maio de 2022, com a publicação da Resolução Normativa ANEEL nº 1005/2022, que alterou a metodologia de cálculo da Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (“TUST”), os valores cobrando a maior até o ciclo tarifário 2021/2022 estão sendo descontado ao longo do ciclo tarifário 2022/2023, resultando em um valor total de encargos em 2022, mesmo considerando-se as perdas de rede (vide item 4.2 do Relatório da Administração).
- (c) A redução do custo com depreciação / amortização é decorrente da revisão da base de ativos realizada entre o final de 2021 e o primeiro semestre de 2022. Ademais o custo com amortização é deduzido da parcela do Projeto de P&D de Diagnóstico de Falha de Motores (R\$ 234 em 2022 e R\$ 351 em 2021).
- (d) O principal fator de redução é decorrente das parcelas variável e *running hours* do contrato de O&M que não houveram em 2022 devido à falta de geração no período.
- (e) O custo de manutenção manteve-se instável mesmo com o menor nível de despacho, em virtude do planejamento operacional de manutenções corretivas/preventivas com as UGs em *stand by*.
- (f) O aumento do custo com renovação seguro foi em decorrência dos sinistros das UGs #08, #10 e #11. Em paralelo, a Companhia atuou junto as seguradoras reduzindo os prazos médios históricos de conclusão dos processos e conseqüente recebimento dos valores indenizatórios.
- (g) As operações de compra de lastro realizadas mensalmente pela Companhia se dão pelo cumprimento das obrigações contratuais firmadas no 5º leilão de energia nova A-5 de 2007, na qual Companhia sagrou-se vencedora. Dentre as várias obrigações contratuais, a entrega da sua garantia física contratual ou lastro contratual determina a necessidade de compra de lastro (Decreto nº 5164/2004, art. 2º, I, §º e art. 3º. §1º e clausula 5.7 dos CCEARs). A diferença em MWmed da garantia física calculada para a garantia física do leilão é comprada no Mercado Livre ao Preço de Liquidação das Diferenças (“PLD”) do submercado da oferta nas operações do Mercado de Curto Prazo (MCP) para liquidação na CCEE. A diferença entre o valor de compra e retorno é decorrente do *spread* vigente no momento da contratação.

Em 2021, a liquidação financeira do montante gasto com a aquisição do lastro foi demonstrada na ROL, sendo representada na presente Demonstração Financeira como componente de redução do custo de aquisição do lastro, passando a operação ser apresentada pelo seu efeito líquido (*spread*), conforme Nota Explicativa nº 7.

- (h) Não houve alterações no quantitativo de pessoal e administradores, sendo as variações decorrentes de reajustes previstos em acordos coletivos e despesas em geral (ex. plano de saúde).
- (i) Recebimento, em agosto de 2022 (R\$10.445) das indenizações dos sinistros das UGs #08, #10 e #11 ocorridos entre julho e outubro de 2021. Os custos relacionados a esses seguros já foram alocados das respectivas contas contábeis entre julho de 2021 e fevereiro de 2022.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
31 Resultado financeiro, líquido

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras (a)	8.519	1.848
Atualização monetária recebimento de clientes	345	-
Variação cambial (b)	1.208	47
Outras atualizações monetárias (c)	<u>5.422</u>	<u>2</u>
	15.494	1.897
Despesas financeiras		
Encargos de dívidas (d)	(16.493)	(15.210)
Atualização monetária (e)	(2.373)	(1.033)
PIS/COFINS sobre receitas financeiras (f)	(638)	(86)
Variação cambial	(128)	(185)
Outras despesas financeiras (g)	<u>(413)</u>	<u>(907)</u>
	(20.045)	(17.421)
	<u>(4.551)</u>	<u>(15.524)</u>

- (a) O significativo aumento dos rendimentos de aplicações financeiras em 2022 em relação ao ano de 2021 é decorrente de um maior montante aplicado e a elevação da taxa de juros DI que iniciou o ano com 9,15% a.a. e encerrou 2022 com uma taxa de 13,65% a.a. O maior volume e prazo de aplicação são decorrentes da planta em *stand by*, não havendo necessidade de realização de compra de OCB1, conseqüentemente, mantendo-se um volume maior de numerário aplicado (vide Nota Explicativa nº 9).
- (b) Variações cambiais sobre: aquisições de peças de reposição (R\$ 609) e operação SWAP de empréstimo junto ao Santander (R\$ 599).
- (c) Atualização monetária processo de ressarcimento de ICMS sobre compra de OCB1 apurado até dezembro, conforme julgamento no TATE (vide Nota Explicativa nº 15 “a”).
- (d) O aumento dos encargos da dívida foi decorrente da elevação da taxa de juros DI que iniciou o ano com 9,15% a.a. e encerrou com uma taxa de juros DI de 13,65% a.a., mesmo com a redução da dívida (Vide Nota Explicativa nº 21 “a”).
- (e) O aumento na taxa SELIC (13,75% em 2022, 9,25% em 2021) impactou no custo financeiro dos dividendos complementares (R\$1,461 em 2022 e R\$ 768 em 2021), mesmo com uma base de atualização menor (R\$51.417 de 2021 pagos em 2022 x R\$ 82.673 de 2020 pagos em 2021). O aumento da SELIC também impacta na atualização monetária do saldo dos projetos de P&D. Ademais houve o custo de R\$ 304 com atualização de débitos tributários.
- (f) O aumento do PIS/COFINS está diretamente vinculado a maior receita de aplicações financeiras (item “a”).

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

- (g) Com a inexistência de compra de OCB1 devido a planta *stand by*, não houve a necessidade de utilização de contas garantidas e maior tempo de valores aplicados, levando a uma redução do custo IOF (R\$ 126).

32 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

A Companhia revisa os principais instrumentos financeiros ativos e passivos, bem como os critérios para a sua valorização, avaliação, classificação e riscos a eles relacionados.

A Administração da Companhia não identificou diferença relevante entre os valores de mercado e os apresentados nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021, bem como não possui instrumentos financeiros derivativos ou quaisquer outros ativos de risco e também não efetuou aplicações de caráter especulativo.

Os diferentes níveis de hierarquia de valor justo foram definidos da seguinte forma:

Nível 1 – Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

Nível 2 – Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

Nível 3 – Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

O quadro a seguir apresenta os valores contábil e justo dos instrumentos financeiros e outros ativos e passivos da Companhia, assim como seu nível de mensuração, em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

	Nota Explicativa	Índice	Mensuração	Nível	2022		2021	
					Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativo								
Caixa	9	-	(a)	-	21	21	31	31
Aplicações financeiras - CDB	9	CDB	(a)	2	40.873	40.873	20.883	20.883
Aplicações financeiras - LF	9	CDB	(a)	2	4.085	4.085	-	-
Aplicações financeiras - Garantia CCG	10	CDI	(a)	2	4.697	4.697	4.190	4.190
Aplicações financeiras - Garantia CCT	10	CDI	(a)	2	140	140	138	138
Contas a receber	11	-	(a)	-	44.738	44.738	143.321	143.321
Outros créditos	15	-	(a)	-	15.416	15.416	9.959	9.959
					109.970	109.970	178.522	178.522
Passivo								
Fornecedores	19	-	(a)	-	6.800	6.800	10.100	10.100
Provisão para honorários advocatícios	20	-	(a)	-	12.347	12.347	12.347	12.347
Outras contas a pagar	25	-	(a)	-	5.684	5.684	6.230	6.230
Empréstimo - Conta Garantida Itaú	21	CDI	(a)	2	-	-	18.035	18.035
Empréstimo - CCB Santander	21	CDI	(a)	2	-	-	30.330	30.330
Financiamento - CCB Santander	21	CDI	(a)	2	110.511	110.511	132.568	132.568
					135.342	135.342	209.610	209.610

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

O valor justo estimado de ativos e passivos financeiros foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliação.

a. Análise de sensibilidade

Em consonância com o CPC 40, a Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos, que no caso da Companhia é representado pela variação das taxas de CDI, segue abaixo simulação do pior cenário dentre os possíveis e comentários:

Instrumentos Financeiros	Exposição	Risco	Redução (Aumento) do índice em:				
			10%	15%	20%	25%	Total
Ativos - Não derivativos	109.970	Alta CDI	6.657	303	303	303	7.566
Passivos - Não derivativos	(135.342)	Alta CDI	(15.354)	(698)	(698)	(698)	(17.448)
	<u>(25.372)</u>		<u>(8.697)</u>	<u>(395)</u>	<u>(395)</u>	<u>(395)</u>	<u>(9.882)</u>

O Cenário demonstrado representa o pior cenário dentre os possíveis. Todavia, a Companhia classifica esse cenário como remoto para o próximo ano, pois, mesmo com a tendência de aumento nas taxas de juros, foi possível a renegociação da principal dívida (financiamento junto ao Santander para construção da UTE) em condições mais favoráveis que o contrato anterior.

Os cenários foram projetados considerando a rentabilidade / encargos de cada instrumento financeiro sobre o CDI de 12,39% do ano de 2022.

b. Análise de liquidez

O risco de liquidez é caracterizado pela possibilidade de a Companhia não honrar com seus compromissos nos respectivos vencimentos. A Companhia gerencia o risco de liquidez através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela combinação dos perfis de vencimento dos seus passivos financeiros, evitando inadimplências que prejudiquem o andamento das operações da Companhia.

A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros não derivativos, considerando principal e juros, e está baseada no fluxo de caixa não descontado considerando a data mais próxima em que a Companhia deva liquidar as respectivas obrigações.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

	Nota Explicativa	2022	<3 meses	3-12 meses	1-3 anos	4-5 anos	Total
Fornecedores e outras contas a pagar							
Combustíveis e lubrificantes	19	197	197	-	-	-	197
Encargos de uso da rede	19	3.195	3.195	-	-	-	3.195
Wartsila Brasil Ltda	19	2.931	2.931	-	-	-	2.931
Institutos de P&D	19	107	107	-	-	-	107
Outros fornecedores	19	370	370	-	-	-	370
Paulo Cesar Pinheiro Advogados	20	12.347	-	12.347	-	-	12.347
		<u>19.147</u>	<u>6.800</u>	<u>12.347</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>19.147</u>
Financiamentos							
Banco Santander - CCB	21	110.511	16.938	11.697	46.786	35.090	110.511
		<u>110.511</u>	<u>16.938</u>	<u>11.697</u>	<u>46.786</u>	<u>35.090</u>	<u>110.511</u>
		<u>129.658</u>	<u>23.738</u>	<u>24.044</u>	<u>46.786</u>	<u>35.090</u>	<u>129.658</u>

(i) Comentários referente o saldo para fornecedores:

O pagamento dos fornecedores ocorrerá de acordo com o vencimento, previsto para ocorrer no 1º trimestre de 2023, exceto os honorários ao escritório Paulo Cesar Pinheiro Advogados.

Conforme Nota Explicativa nº 20, face à relevância dos honorários de êxito, a Companhia provisionou desde 2019 o montante de R\$12.347. O trânsito em julgado da decisão do Mandado de Segurança nº 6981-45.2012.4.01.3400 ocorreu em outubro de 2022. Em abril de 2023, a Companhia concluiu a negociação com o escritório de advocacia quanto os valores finais (R\$24.000) e forma de pagamento, sendo pago na assinatura do contrato o montante de R\$15.000 (considerando o valor provisionado ao final de 2022) e o restante em parcelas iguais e mensais (R\$1.125), até o final de 2023.

(ii) Comentários referentes o saldo para empréstimos:

A CCB atual contratada junto ao Santander tem a finalidade de financiamento da construção da Usina, e seguirá o fluxo de pagamentos de acordo com os vencimentos, que tem o prazo até novembro de 2026.

c. Gestão de risco

Os negócios da Companhia compreendem a geração de energia elétrica. A Companhia tem seus principais riscos reportados e monitorados por seu Conselho de Administração. Os principais fatores de risco de mercado que afetam os negócios são como segue:

(i) Risco de taxa de juros:

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos ou os rendimentos das aplicações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

O principal financiamento (Banco Santander – CCB) da Companhia é baseado em Operação Swap, porém, pelas projeções da Companhia e da instituição financeira não há previsão da taxa do câmbio (dólar) ultrapassar o limite contratual que implique no pagamento pela Companhia da diferença da variação cambial.

(ii) Risco de crédito

O risco surge da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Entretanto, as regras do ambiente regulatório onde estão firmados os CCEARs com os clientes garantem um histórico de zero de inadimplência.

Nas operações de lastro no MCP, a inadimplência mensal teve um aumento em devido ao pagamento de passivos do GSF, sendo a última liquidação ocorrida em 9 de dezembro de 2022 e apresentou o percentual de 12,98% (R\$293 de R\$2.257). Na liquidação, ocorrida em 6 de janeiro de 2023, esse montante já foi recebido.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito.

(iii) Risco de liquidez

A Companhia em conformidade com o CPC 40, item 39 realiza análise (item “b”) dos vencimentos de seus valores a pagar não identificado risco de liquidez nos cenários de curto e longo prazo.

(iv) Risco de aceleração de dívidas

A Companhia possui contratos de empréstimos e financiamentos, sem cláusulas restritivas (*covenants*) normalmente aplicáveis a esses tipos de operação, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Essas cláusulas restritivas são monitoradas adequadamente e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações.

(v) Risco ambiental

A Companhia cumpre aos requisitos legais ambientais incluindo às exigências definidas na Licença de Operação (“LO”), com foco na sustentabilidade do negócio e na preservação do meio ambiente, sendo mandatório o cumprimento das normas ambientais por todos os colaboradores e terceirizados.

Para atendimento às eventuais emergências, a Companhia mantém um Plano de Prevenção e Controle de Emergências (“PPCE”) e possui equipe capacitada para atuar em vazamentos de produtos químicos, queimadas na circunvizinhança, primeiros socorros, bem como, possui todos os recursos necessários para uso na mitigação de eventos adversos.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

d. Gerenciamento de riscos dos instrumentos financeiros

Com relação ao risco de crédito, o histórico de inadimplência das 35 distribuidoras com as quais a Suape Energia firmou os Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEARS é baixo, não havendo histórico de perdas passadas para a Companhia, tendo ocorrido por curtos lapsos temporais face à rigorosa atuação da ANEEL e CCEE junto as mesmas, além da oferta de subsídios do Governo para a perenidade de serviço essencial à população.

A Companhia mantém políticas e estratégias operacionais e financeiras visando a liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Desta forma, possuem procedimentos de controle e acompanhamento das transações e saldos dos instrumentos financeiros com o objetivo de monitorar os riscos e taxas vigentes em relação às praticadas no mercado.

33 Seguros

A Companhia possui cobertura de seguros consideradas suficientes para cobrir prejuízos causados por eventuais sinistros em seu patrimônio, bem como por reparações e que seja civilmente responsável pelos danos involuntários, materiais e/ou corporais causados a terceiros decorrentes de suas operações. As principais coberturas são:

Riscos	Data da vigência	Importância segurada
Responsabilidade Civil Geral	09/01/2023 a 09/01/2024	25.000
Responsabilidade Civil Administradores	17/12/2022 a 17/12/2023	40.000
Responsabilidade Civil Ambiental	18/09/2022 a 18/09/2023	15.000
Riscos Nomeados e Operacionais	15/06/2022 a 15/06/2023	484.020
Veículos	10/03/2023 a 10/03/2024	100% da tabela FIPE
Seguro de vida dos colaboradores	31/03/2023 a 31/03/2024	24x remuneração

34 Eventos subsequentes

a. Redução de IRPJ (incentivo SUDENE)

Em março de 2023, após o ingresso de um pleito na modalidade de Modernização Total de Empreendimento junto a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (“SUDENE”), a Companhia obteve a concessão do benefício de Redução de 75% do IRPJ e adicionais não restituíveis pelos próximos 10 anos (a contar de 2023), conforme Laudo Constitutivo nº 0024/2023, homologado em abril de 2023 pela Receita Federal do Brasil (“RFB”), com a publicação do Ato Declaratório Executivo DRF/NAT nº 97/2023, conforme Nota Explicativa nº 27.3.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras**b.Processos transitados em julgado – Decisão STF**

No dia 8 de fevereiro de 2023, por unanimidade, o Supremo Tribunal Federal (STF) considerou que uma decisão definitiva transitada em julgado, sobre a constitucionalidade de tributos recolhidos de forma continuada (relação tributária de trato sucessivo), perde seus efeitos automaticamente caso o Supremo Tribunal Federal (STF) se pronuncie, posteriormente, em sentido contrário. Isso significa, na prática, que decisões proferidas em ação direta (ADI ou ADC) ou em sede de recurso extraordinário com repercussão geral interrompem os efeitos das decisões anteriores, no contexto de relações tributárias de trato sucessivo, mesmo que já transitadas em julgado. A decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) determinou que, nos casos em que uma coisa julgada seja desconstituída e o respectivo tributo seja considerado devido, devem ser respeitadas a irretroatividade, a anterioridade anual e a noventena ou a anterioridade nonagesimal, conforme a natureza do tributo (Decisão Relativização Coisa Julgada).

A administração da Empresa efetuou um inventário dos processos tributários transitados em julgado para os quais utiliza o benefício de repercussão geral e não identificou situações existentes e que podem ser impactadas pela decisão do Supremo Tribunal Federal (STF).

Conselho de Administração

Enrique José Zaragoza Duena
Conselheiro Presidente

Marcelo Fernandes
Conselheiro

Dean William Moraes Carmeis
Conselheiro

Nelson Ambra Castro Junior
Conselheiro

Fernando Ferraz Marcondes de Souza
Conselheiro

Diretoria

Nelson Ambra Castro Junior
Diretor Presidente

José Faustino da Costa Cândido
Diretor Técnico

Enock Rodrigues Barbosa
Diretor Administrativo

Alexandre da Silva
Contador
CRC: RJ-070219/O-0-S-PE

* * *